

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	8
DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	18
DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	89
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	91
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	92

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	601.927.311
Preferenciais	0
Total	601.927.311
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	6.327.915	6.493.078
1.01	Ativo Circulante	271.547	363.785
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	84	95
1.01.02	Aplicações Financeiras	246.825	342.813
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	246.825	342.813
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.989	9.841
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10.989	9.841
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10.892	9.841
1.01.06.01.02	Outros tributos a recuperar	97	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	13.649	11.036
1.01.08.03	Outros	13.649	11.036
1.01.08.03.01	Cauções e Depósitos Vinculados	694	678
1.01.08.03.03	Outros ativos	12.955	10.358
1.02	Ativo Não Circulante	6.056.368	6.129.293
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	25.991	21.674
1.02.01.07	Tributos Diferidos	6.351	2.081
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	19.640	19.593
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	102	74
1.02.01.10.06	Outros ativos	1.029	1.010
1.02.01.10.08	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	18.509	18.509
1.02.02	Investimentos	6.028.428	6.105.386
1.02.02.01	Participações Societárias	6.028.428	6.105.386
1.02.03	Imobilizado	668	1.001
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	666	999
1.02.03.02.01	Direito de Uso de Terreno Arrendado	666	999
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2	2
1.02.04	Intangível	1.281	1.232
1.02.04.01	Intangíveis	1.281	1.232
1.02.04.01.05	Software e Outros Intangíveis	1.281	1.232

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	6.327.915	6.493.078
2.01	Passivo Circulante	1.933.249	332.354
2.01.02	Fornecedores	762	1.719
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	762	1.719
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.316	2.999
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.316	2.999
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	2.316	2.999
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.826.525	243.171
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	756.125	200.761
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	756.125	200.761
2.01.04.02	Debêntures	1.070.400	42.410
2.01.05	Outras Obrigações	102.950	83.785
2.01.05.02	Outros	102.950	83.785
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	45.057	45.057
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	2.632	2.220
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	54.488	35.365
2.01.05.02.09	Passivo de arrendamento	773	1.143
2.01.06	Provisões	696	680
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	696	680
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	696	680
2.02	Passivo Não Circulante	212	1.641.757
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	1.603.488
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	537.955
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	537.955
2.02.01.02	Debêntures	0	1.065.533
2.02.02	Outras Obrigações	212	38.269
2.02.02.02	Outros	212	38.269
2.02.02.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	0	38.131
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	212	138
2.03	Patrimônio Líquido	4.394.454	4.518.967
2.03.01	Capital Social Realizado	2.196.958	2.196.958
2.03.01.01	Capital Social Realizado	2.196.958	2.196.958
2.03.02	Reservas de Capital	1.259.000	1.258.934
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.297	1.231
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-15	-15
2.03.02.07	Transação de capital sobre compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	-38.375	-38.375
2.03.02.08	Custo na emissão de ações	-18.230	-18.230
2.03.02.09	Aumento de capital - oferta privada de ações	967.678	967.678
2.03.02.10	Capitalização parcial da Reserva Especial de ágio de Controlada	-30.957	-30.957
2.03.02.11	Incorporação de ações da AES Tietê Energia	377.602	377.602
2.03.04	Reservas de Lucros	1.231.057	1.231.057
2.03.04.01	Reserva Legal	40.283	40.283
2.03.04.02	Reserva Estatutária	131.966	131.966
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	73.749	73.749

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	985.059	985.059
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-94.098	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-198.463	-167.982
2.03.08.01	Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-159.844	-147.636
2.03.08.02	Incorporação de ações da AES Tietê Energia	-119.824	-119.824
2.03.08.03	Efeito reflexo de hedge de fluxo de caixa de controlada	-12.311	-3.596
2.03.08.05	Remensurações das obrigações com benefícios pós-emprego	30.519	30.519
2.03.08.06	Opção de recompra de participação acionária	76.161	76.653
2.03.08.07	Hedge de fluxo de caixa	-13.164	-4.098

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-54.791	53.696
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.522	-7.548
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-271	-60
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-46.998	61.304
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-54.791	53.696
3.06	Resultado Financeiro	-51.542	-39.755
3.06.01	Receitas Financeiras	7.869	25.416
3.06.02	Despesas Financeiras	-59.411	-65.171
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-106.333	13.941
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	27	-7
3.08.02	Diferido	27	-7
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-106.306	13.934
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-106.306	13.934
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação	-0,17661	0,02315
3.99.01.01	ON	-0,17661	0,02315
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	-0,17299	0,02266
3.99.02.01	ON	-0,17299	0,02266

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	-106.306	13.934
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-18.273	-3.763
4.02.01	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	-13.216	12.009
4.02.02	Hedge de fluxo de caixa	-13.309	-16.792
4.02.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre Hedge de fluxo de caixa	4.243	5.709
4.02.04	Opção de recompra de participação acionária	-492	-615
4.02.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.501	-4.074
4.03	Resultado Abrangente do Período	-124.579	10.171

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	52.060	-609.864
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	40.477	-10.114
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do período	-106.306	13.934
6.01.01.02	Depreciação e amortização	6.552	6.211
6.01.01.03	Variação monetária e cambial	-10.239	18.321
6.01.01.04	Provisão (reversão) para processos judiciais e outros	16	623
6.01.01.06	Custo de empréstimos (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	45.718	44.293
6.01.01.07	Juros sobre passivo de arrendamento	31	57
6.01.01.09	Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	-7.991	-26.629
6.01.01.10	Resultado de equivalência patrimonial	40.782	-67.171
6.01.01.11	Tributos e contribuições sociais diferidos	-27	7
6.01.01.12	Ações e opções de ações outorgadas	71.941	240
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-5.070	-1.238
6.01.02.02	Tributos e contribuições sociais compensáveis	-1.783	-2.990
6.01.02.04	Outros ativos	-2.132	38
6.01.02.05	Fornecedores	-957	309
6.01.02.11	Outras obrigações	-198	1.405
6.01.03	Outros	16.653	-598.512
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas)	-87.930	-72.242
6.01.03.02	Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	-31	-57
6.01.03.06	(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	93.869	-528.392
6.01.03.07	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	10.745	2.179
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-72.398	-1.690
6.02.02	Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-49	-583
6.02.03	Aumento de capital em controladas e controladas em conjunto	-72.305	-727
6.02.06	(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados	-44	-380
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	20.327	576.566
6.03.01	Ingressos de novos empréstimos e debêntures	0	578.142
6.03.05	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	0	-1.327
6.03.08	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	0	-6
6.03.14	Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	-372	-243
6.03.17	Recebimento de ajuste de preço de compra de subsidiária	20.699	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-11	-34.988
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	95	35.056
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	84	68

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.196.958	1.258.934	1.231.057	0	-167.982	4.518.967
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.196.958	1.258.934	1.231.057	0	-167.982	4.518.967
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	66	0	0	0	66
5.04.10	Remuneração com base em ações	0	66	0	0	0	66
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-106.306	-18.273	-124.579
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-106.306	0	-106.306
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-18.273	-18.273
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	-18.273	-18.273
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	12.208	-12.208	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos	0	0	0	12.208	-12.208	0
5.07	Saldos Finais	2.196.958	1.259.000	1.231.057	-94.098	-198.463	4.394.454

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.196.958	1.259.106	1.090.752	0	-155.638	4.391.178
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.196.958	1.259.106	1.090.752	0	-155.638	4.391.178
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	240	0	-6	0	234
5.04.09	Remuneração com base em ações	0	240	0	0	0	240
5.04.14	Distribuição de dividendos	0	0	0	-6	0	-6
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.934	-3.763	10.171
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.934	0	13.934
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.763	-3.763
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	-3.763	-3.763
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	12.909	-12.909	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos	0	0	0	12.909	-12.909	0
5.07	Saldos Finais	2.196.958	1.259.346	1.090.752	26.837	-172.310	4.401.583

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2024 à 31/03/2024	01/01/2023 à 31/03/2023
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.280	-2.220
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.802	-2.169
7.02.04	Outros	-478	-51
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-478	-51
7.03	Valor Adicionado Bruto	-2.280	-2.220
7.04	Retenções	-335	-343
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-335	-343
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-2.615	-2.563
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-38.745	87.958
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-46.998	61.304
7.06.02	Receitas Financeiras	8.253	26.654
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-41.360	85.395
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-41.360	85.395
7.08.01	Pessoal	4.633	4.084
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.855	2.022
7.08.01.02	Benefícios	1.639	2.054
7.08.01.04	Outros	139	8
7.08.01.04.01	Previdência privada	139	8
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	901	2.196
7.08.02.01	Federais	901	2.196
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	59.412	65.181
7.08.03.01	Juros	59.411	65.171
7.08.03.02	Aluguéis	1	10
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-106.306	13.934
7.08.04.02	Dividendos	0	6
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-106.306	13.928

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	19.543.800	19.479.920
1.01	Ativo Circulante	2.698.932	2.772.206
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	119.293	281.683
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.681.114	1.733.262
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.681.114	1.733.262
1.01.03	Contas a Receber	369.355	375.660
1.01.03.01	Clientes	369.355	375.660
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	369.355	375.660
1.01.06	Tributos a Recuperar	128.030	105.825
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	128.030	105.825
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	122.174	101.211
1.01.06.01.02	Outros tributos a recuperar	5.856	4.614
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	401.140	275.776
1.01.08.03	Outros	401.140	275.776
1.01.08.03.01	Cauções e Depósitos Vinculados	26.941	37.320
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	178.002	31.527
1.01.08.03.03	Outros ativos	177.716	197.211
1.01.08.03.04	Conta de ressarcimento	18.481	9.718
1.02	Ativo Não Circulante	16.844.868	16.707.714
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.006.609	858.972
1.02.01.07	Tributos Diferidos	145.597	127.958
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	861.012	731.014
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	612.721	577.380
1.02.01.10.05	Conta de ressarcimento	8.032	7.854
1.02.01.10.06	Outros ativos	36.454	35.604
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	97.418	34.941
1.02.01.10.08	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	106.387	75.235
1.02.02	Investimentos	98.846	106.852
1.02.02.01	Participações Societárias	98.846	106.852
1.02.03	Imobilizado	13.771.396	13.691.750
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.569.829	9.958.920
1.02.03.01.01	Imobilizado em Serviço	11.569.251	9.958.342
1.02.03.01.02	Imóveis Destinados a Uso Futuro	578	578
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	202.731	191.437
1.02.03.02.01	Direito de Uso de Terreno Arrendado	197.448	185.607
1.02.03.02.02	Direito de uso de sede administrativa	5.283	5.830
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.998.836	3.541.393
1.02.04	Intangível	1.968.017	2.050.140
1.02.04.01	Intangíveis	1.968.017	2.050.140
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	17.418	17.941
1.02.04.01.03	Intangível Gerado na Aquisição de Investimentos	1.165.719	1.239.948
1.02.04.01.04	Extensão de concessão	708.122	729.255
1.02.04.01.05	Software e Outros Intangíveis	76.758	62.996

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	19.543.800	19.479.920
2.01	Passivo Circulante	5.234.443	3.332.411
2.01.02	Fornecedores	268.989	375.775
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	268.989	375.775
2.01.03	Obrigações Fiscais	73.444	78.017
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	73.444	78.017
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	20.855	17.600
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	52.589	60.417
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.146.620	2.308.744
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.314.527	1.491.849
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	752.292	1.006.375
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.562.235	485.474
2.01.04.02	Debêntures	1.832.093	816.895
2.01.05	Outras Obrigações	735.331	560.551
2.01.05.02	Outros	735.331	560.551
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	46.086	45.976
2.01.05.02.04	Encargos Setoriais	17.884	21.651
2.01.05.02.05	Obrigações de aquisições	157.653	131.990
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	53.819	71.567
2.01.05.02.07	Conta de ressarcimento	45.893	137.633
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	406.438	143.799
2.01.05.02.09	Passivo de arrendamento	7.558	7.935
2.01.06	Provisões	10.059	9.324
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.059	9.324
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	10.059	9.324
2.02	Passivo Não Circulante	8.850.548	10.568.086
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.379.991	9.149.383
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.048.776	3.120.115
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.587.094	1.632.847
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	461.682	1.487.268
2.02.01.02	Debêntures	5.331.215	6.029.268
2.02.02	Outras Obrigações	1.395.694	1.345.235
2.02.02.02	Outros	1.395.694	1.345.235
2.02.02.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	136.317	257.382
2.02.02.02.04	Passivo de Arrendamento	224.029	212.175
2.02.02.02.05	Obrigações com benefícios Pós-Emprego	103.659	104.007
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	139.410	132.757
2.02.02.02.08	Conta de ressarcimento	792.279	638.914
2.02.03	Tributos Diferidos	9.557	8.486
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.557	8.486
2.02.04	Provisões	65.306	64.982
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	65.306	64.982
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	65.306	64.982
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.458.809	5.579.423
2.03.01	Capital Social Realizado	2.196.958	2.196.958

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2.03.01.01	Capital Social Realizado	2.196.958	2.196.958
2.03.02	Reservas de Capital	1.259.000	1.258.934
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.297	1.231
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-15	-15
2.03.02.07	Transação de capital sobre compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	-38.375	-38.375
2.03.02.08	Custo na emissão de ações	-18.230	-18.230
2.03.02.09	Aumento de capital - oferta privada de ações	967.678	967.678
2.03.02.10	Capitalização parcial da Reserva Especial de ágio de Controlada	-30.957	-30.957
2.03.02.11	Incorporação de ações da AES Tietê Energia	377.602	377.602
2.03.04	Reservas de Lucros	1.231.057	1.231.057
2.03.04.01	Reserva Legal	40.283	40.283
2.03.04.02	Reserva Estatutária	131.966	131.966
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	73.749	73.749
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	985.059	985.059
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-94.098	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-198.463	-167.982
2.03.08.01	Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-159.844	-147.636
2.03.08.02	Incorporação de ações da AES Tietê Energia	-119.824	-119.824
2.03.08.03	Efeito reflexo de hedge de fluxo de caixa de controlada	-12.311	-3.596
2.03.08.05	Remensurações das obrigações com benefícios pós-emprego	30.519	30.519
2.03.08.06	Opção de recompra de participação acionária	76.161	76.653
2.03.08.07	Hedge de fluxo de caixa	-13.164	-4.098
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.064.355	1.060.456

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	828.605	786.263
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-596.064	-486.790
3.03	Resultado Bruto	232.541	299.473
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-75.565	-56.227
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-56.298	-48.392
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-15.458	-8.597
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.809	762
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	156.976	243.246
3.06	Resultado Financeiro	-245.425	-144.754
3.06.01	Receitas Financeiras	76.783	150.376
3.06.02	Despesas Financeiras	-322.208	-295.130
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-88.449	98.492
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-13.919	-38.117
3.08.01	Corrente	-21.743	-25.116
3.08.02	Diferido	7.824	-13.001
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-102.368	60.375
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-102.368	60.375
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-106.306	13.934
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3.938	46.441
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação	-0,17661	0,02315
3.99.01.01	ON	-0,17661	0,02315
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	-0,17299	0,02266
3.99.02.01	ON	-0,17299	0,02266

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-102.368	60.375
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-18.202	-3.696
4.02.02	Hedge de fluxo de caixa	-26.454	-4.716
4.02.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre Hedge de fluxo de caixa	8.744	1.635
4.02.04	Opção de recompra de participação acionária	-492	-615
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-120.570	56.679
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-124.579	10.171
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.009	46.508

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	30.119	46.173
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	334.146	280.040
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do período	-102.368	60.375
6.01.01.02	Depreciação e amortização	179.391	154.466
6.01.01.03	Variação monetária e cambial	21.053	-21.423
6.01.01.04	Provisão (reversão) para processos judiciais e outros	643	725
6.01.01.05	Despesas com previdência privada e programa de incentivo à aposentadoria	2.548	3.170
6.01.01.06	Custo de empréstimos (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	253.093	209.701
6.01.01.07	Juros sobre passivo de arrendamento	5.749	3.560
6.01.01.08	Marcação a mercado de derivativos	-2.343	-9.285
6.01.01.09	Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	-47.018	-138.339
6.01.01.10	Resultado de equivalência patrimonial	3.809	-762
6.01.01.11	Tributos e contribuições sociais diferidos	-7.824	13.001
6.01.01.12	Ações e opções de ações outorgadas	66	240
6.01.01.13	Baixa de bens do ativo	5.161	4.611
6.01.01.17	Ajuste de preço na aquisição de subsidiária	22.186	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-39.799	121.861
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	6.305	-12.229
6.01.02.02	Tributos e contribuições sociais compensáveis	7.028	6.025
6.01.02.04	Outros ativos	12.496	-14.750
6.01.02.05	Fornecedores	-104.973	25.831
6.01.02.06	Outros tributos a pagar	-9.831	-1.699
6.01.02.07	Imposto de renda e contribuição social a pagar	21.743	27.988
6.01.02.08	Encargos setoriais	-3.767	0
6.01.02.10	Conta de ressarcimento	56.961	97.676
6.01.02.11	Outras obrigações	-25.761	-6.981
6.01.03	Outros	-264.228	-355.728
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas)	-316.700	-106.233
6.01.03.02	Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	-5.749	-3.515
6.01.03.03	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-35.900	-53.588
6.01.03.04	Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	-2.896	-281
6.01.03.05	Pagamento de processos judiciais e outros	0	-1.067
6.01.03.06	(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	64.893	-277.865
6.01.03.07	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	32.124	86.821
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-204.272	-970.424
6.02.02	Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-224.387	-962.992
6.02.04	Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	0	-5.580
6.02.06	(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados	10.259	-1.852
6.02.13	Indenização de seguros de imobilizado	9.856	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	11.763	766.172
6.03.01	Ingressos de novos empréstimos e debêntures	300.000	1.015.132

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
6.03.02	Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	-16.467	-2.678
6.03.05	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-210.428	-134.005
6.03.07	Liquidação de instrumento derivativo	-58.546	0
6.03.08	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	0	-6
6.03.14	Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	-2.997	-3.695
6.03.15	(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento	-20.498	-5.360
6.03.16	Redução de capital	0	-103.216
6.03.17	Recebimento de ajuste de preço de compra de subsidiária	20.699	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-162.390	-158.079
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	281.683	195.872
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	119.293	37.793

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.196.958	1.258.934	1.231.057	0	-167.982	4.518.967	1.060.456	5.579.423
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.196.958	1.258.934	1.231.057	0	-167.982	4.518.967	1.060.456	5.579.423
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	66	0	0	0	66	-110	-44
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-110	-110
5.04.10	Remuneração com base em ações	0	66	0	0	0	66	0	66
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-106.306	-18.273	-124.579	4.009	-120.570
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-106.306	0	-106.306	3.938	-102.368
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-18.273	-18.273	71	-18.202
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	-18.273	-18.273	71	-18.202
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	12.208	-12.208	0	0	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos	0	0	0	12.208	-12.208	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.196.958	1.259.000	1.231.057	-94.098	-198.463	4.394.454	1.064.355	5.458.809

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.196.958	1.259.106	1.090.752	0	-155.638	4.391.178	1.182.617	5.573.795
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.196.958	1.259.106	1.090.752	0	-155.638	4.391.178	1.182.617	5.573.795
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	240	0	-6	0	234	-103.216	-102.982
5.04.08	Dividendos e juros sobre o capital próprio	0	0	0	-6	0	-6	0	-6
5.04.09	Remuneração com base em ações	0	240	0	0	0	240	0	240
5.04.10	Redução de capital em controladas	0	0	0	0	0	0	-103.216	-103.216
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.934	-3.763	10.171	46.508	56.679
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.934	0	13.934	46.441	60.375
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.763	-3.763	67	-3.696
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	-3.763	-3.763	67	-3.696
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	12.909	-12.909	0	0	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos	0	0	0	12.909	-12.909	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.196.958	1.259.346	1.090.752	26.837	-172.310	4.401.583	1.125.909	5.527.492

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

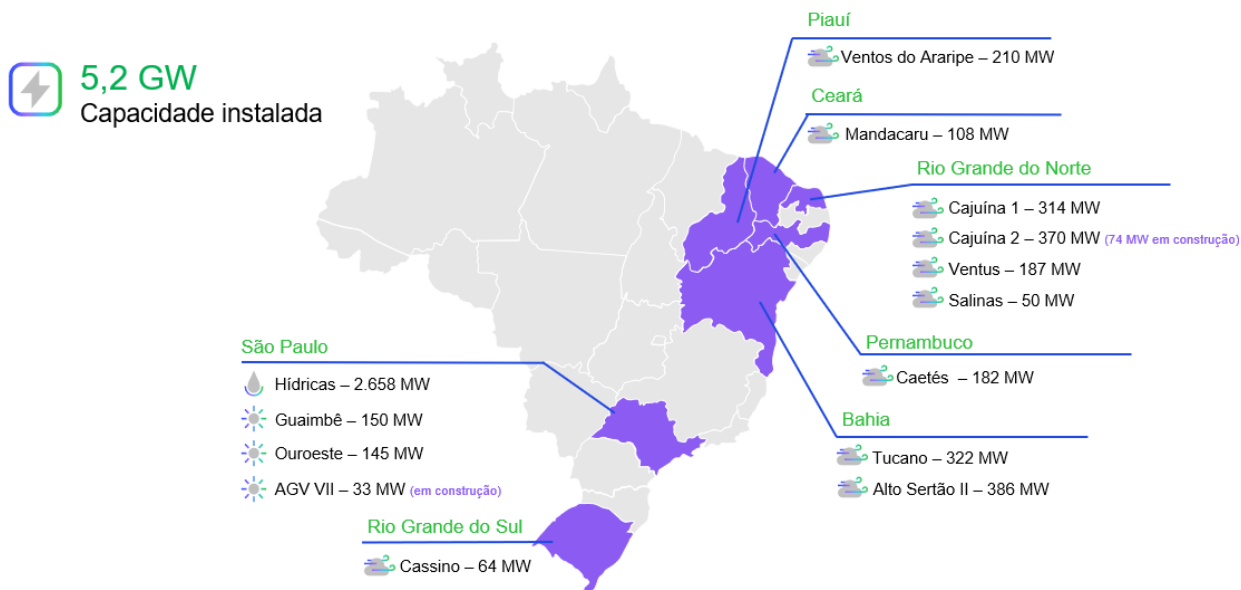
Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2024 à 31/03/2024	Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
7.01	Receitas	1.237.695	1.901.714
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	986.576	914.433
7.01.02	Outras Receitas	7.236	29.949
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	243.883	957.332
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-687.628	-1.302.254
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-326.785	-242.961
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-296.527	-1.029.786
7.02.04	Outros	-64.316	-29.507
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-64.316	-29.507
7.03	Valor Adicionado Bruto	550.067	599.460
7.04	Retenções	-180.525	-157.197
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-180.525	-157.197
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	369.542	442.263
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	75.161	158.891
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.809	762
7.06.02	Receitas Financeiras	78.970	158.129
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	444.703	601.154
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	444.703	601.154
7.08.01	Pessoal	52.950	48.338
7.08.01.01	Remuneração Direta	43.179	37.046
7.08.01.02	Benefícios	6.118	7.617
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.308	2.215
7.08.01.04	Outros	1.345	1.460
7.08.01.04.01	Previdência privada	1.345	1.460
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	171.269	200.897
7.08.02.01	Federais	115.772	145.039
7.08.02.02	Estaduais	55.100	55.686
7.08.02.03	Municipais	397	172
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	322.852	291.544
7.08.03.01	Juros	322.208	296.267
7.08.03.02	Aluguéis	644	-4.723
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-102.368	60.375
7.08.04.02	Dividendos	0	6
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-106.306	13.928
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	3.938	46.441

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – AES BRASIL

PERFIL CORPORATIVO

AES Brasil investe há 25 anos no país e é uma geradora de energia elétrica com portfólio diversificado e 100% renovável. Possui **5,2 GW de capacidade instalada totalmente contratada**, sendo 5,1 GW em operação e cerca de 0,1 GW em fase final de construção (Cajuína 2 e AGV VII).



Comentário do Desempenho

FONTE EÓLICA

Complexos Eólicos	Contrato O&M	Fim do Contrato O&M	% AES Brasil	Entrada em operação	Cap. Instalada (MW)	Garantia Física MME (Bruta, MWm)	MWm Contratado	Início do PPA	Fim do PPA	Preço PPA (R\$/MWh)1	Fim da Autoriz.
OPERAÇÃO					1.823,5	852,2	812,3				
Alto Sertão II - BA					386,1	184,4	177,1				
LER 2010	OSA GE	2024 a 2026	100%	2014	167,7	83,2	73,5	set.-13	ago.-33	260,72	2046
LEN 2011	OSA GE	2024 a 2026	100%	2015	218,4	101,2	103,6	jan.-16	dez.-35	204,25	2047
Ventus - RN					187,1	65,8	58,3				
LER 2009	Interno	2024	100%	2014	187,1	65,8	58,3	jul.-12	jun.-32	336,82	2045
Mandacaru e Salinas - CE/RN					158,5	66,7	68,4				
LER 2009	Interno		100%	2014	94,5	39,1	37,0	jul.-12	jun.-32	335,26	2045
LEN 2011	Interno		100%	2014	64,0	27,6	31,4	nov.-14	ago.-34	218,40	2047
Ativos Eólicos Adquiridos em 2022 - PI/PE/RS					455,9	228,9	229,4				
Ventos do Araripe - LER 13	Interno		100%	2015	210,0	110,0	108,3	set.-15	ago.-35	197,29	2049
Caetés - LER 13	OSA GE	2025	100%	2016	181,9	94,7	94,7	set.-15	ago.-35	208,07	2049
Cassino - LFA 10	FSA SGRE	2025	100%	2015	64,0	24,2	26,4	jan.-15	dez.-34	296,19	2046
Cajuína 1 (RN)					313,5	159,3	149,1				
PPA Minasligas	FSA Nordex		100%	2023	45,6	22,9	21,0	jan.-23	dez.-42		2055
PPA Ferbasa	FSA Nordex		100%	2023	165,3	83,7	80,0	jan.-24	dez.-43		2055
PPA Copel	FSA Nordex		100%	2023	11,4	6,1	4,0	jan.-23	dez.-35		2055
PPA BRF (autoprodução) - Cajuína 1	FSA Nordex		76%	2023	91,2	46,6	44,1	jan.-24	dez.-38		2055
Tucano (BA)					322,4	147,1	130,0				
PPA Unipar I (autoprodução)	FSA SGRE	2028	50%	2023	155,0	71,5	60,0	jan.-23	dez.-42		2055
PPA Anglo American	FSA SGRE	2028	100%	2023	167,4	75,6	70,0	jan.-22	dez.-36		2055
EM CONSTRUÇÃO					370,5	191,0	152,9				
Cajuína 2 (RN)					370,5	191,0	152,9				
PPA BRF (autoprodução)	FSA Nordex		76%	2023e	74,1	37,9	35,9	jan.-24	dez.-38		2055
PPA Unipar III (autoprodução)	FSA Nordex		90%	2023e	91,2	44,2	40,0	jan.-24	dez.-43		2055
PPA Microsoft	FSA Nordex		100%	2024e	153,9	79,7	77,0	jul.-24	jul.-39		2055
Capacidade Adicional			100%		51,30	29,20					

Comentário do Desempenho

Fonte Solar

Complexos Solares	Contrato O&M	% AES Brasil	Entrada em operação	Cap. Instalada (MW)	Garantia Física MME (Bruta, MWm)	MWm Contratado	Início do PPA	Fim do PPA	Preço PPA (R\$/MWh) ¹	Fim da Autoriz.
OPERAÇÃO				295,1	64,9	65,3				
Guaimbê – SP				150,0	29,5	29,5				
LER 2014	Interno	100%	2018	150,0	29,5	29,5	out.-17	set.-37	365,90	2050
Ouroeste – SP				145,1	35,4	35,8				
Boa Hora – LER 2015	Interno	100%	2019	69,1	15,9	15,9	nov.-18	out.-38	440,32	2051
Água Vermelha – LEN 2017	Interno	100%	2019	76,0	19,5	19,9	jan.-21	dez.-40	200,53	2053
EM CONSTRUÇÃO				33,2						
AGV VII - SP	Interno	100%	2024	33,2						

1 – Data base: março/24.

Fonte Hídrica

Usinas Hidrelétricas	Localização (Estado)	Bacia Hidrográfica	Cap. Instalada (MW)	Garantia Física (Bruta, MWm)	Vencimento da Concessão
Água Vermelha	SP	Rio Grande	1.396,2	694,5	ago/32
Bariri	SP	Tietê	143,1	59,6	jul/32
Barra Bonita	SP	Tietê	140,8	46,7	mai/32
Caconde	SP	Rio Grande	80,4	32,5	mai/32
Euclides da Cunha	SP	Rio Grande	108,8	47,1	jun/32
Ibitinga	SP	Tietê	131,5	66,8	ago/32
Limoeiro	SP	Rio Grande	32,0	14,3	jul/32
Nova Avanhandava	SP	Tietê	347,4	125,5	mai/32
Promissão	SP	Tietê	264,0	93,9	set/32
PCH Mogi	SP	Mogi Guaçu	7,2	4,0	jul/32
PCH S. Joaquim	SP	Mogi Guaçu	3,0	1,3	jun/36
PCH S. José	SP	Mogi Guaçu	4,0	1,6	jun/36
Total Portfólio Hídrico			2.658,4	1.187,8	

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

GERAÇÃO CONSOLIDADA

Geração (GWh)	1T23	1T24	Var
TOTAL	4.566,3	3.800,7	-16,8%
Hídricas	3.456,5	2.589,8	-25,1%
Eólicas	964,9	1.058,2	9,7%
Solares	144,9	152,7	5,4%

GERAÇÃO HÍDRICA

Estrutura do Sistema

A receita decorrente da geração hídrica está relacionada à estratégia de alocação de energia adotada pela Companhia, e não diretamente ao seu volume de geração, uma vez que as hidrelétricas fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), instrumento de compartilhamento do risco hidrológico. **As usinas da AES Brasil representam, aproximadamente, 2% de toda a garantia física hídrica que compõe o MRE.**

Em 2024, a Companhia optou por **não aderir à alocação do MRE para a UHE Água Vermelha (695 MWm de Garantia Física)**, que representa 58% da garantia física hídrica total no portfólio da AES Brasil, enquanto as demais usinas hídricas seguiram a sazonalização do sistema. Com isso, tanto a garantia física alocada pela Companhia quanto o volume alocado pelas usinas do MRE como um todo foram maiores no 1T24 se comparado ao 1T23.

O despacho das usinas hidrelétricas pertencentes ao MRE é determinado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e foi **menor no 1T24** se comparado ao mesmo período de 2023, com a finalidade de preservar os reservatórios em níveis confortáveis no cenário de afluência abaixo das expectativas para o período úmido de novembro de 2023 a março de 2024.

A afluência média do Sistema Interligado Nacional (SIN) foi de 66% da MLT¹ no 1T24 (vs 105% no 1T23). Como resultado de um período úmido com chuvas inferiores à MLT, os reservatórios do Brasil registraram uma redução nos seus volumes úteis no período (média de 66% no 1T24 vs 79% no 1T23). Entretanto, o volume permaneceu acima da média histórica dos últimos 10 anos.

Segundo dados do ONS, **a carga² média de energia do SIN atingiu 78 GWm no 1T24**, 5% superior ao 1T23 em decorrência da retomada gradual da atividade econômica, aliada às altas temperaturas acarretadas pelo fenômeno meteorológico/oceânico El Niño.

Como consequência dos fatores mencionados, o **GSF foi de 91% no 1T24**, inferior ao mesmo período do ano anterior (101%). No trimestre, o **Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)** médio para o submercado SE/CO foi de R\$ 61,14, praticamente em linha com o limite inferior estabelecido pela ANEEL para o período (R\$ 61,07/MWh).

Desempenho AES Brasil

Como reflexo do cenário hidrológico do período, o **volume total de energia bruta gerada pelas usinas hidrelétricas da AES Brasil atingiu 2.590 GWh no 1T24**, 25% abaixo do registrado no 1T23 (3.456 GWh).

¹ Média de Longo Termo.

² Carga não considera a Geração Distribuída em Micro e Mini Escala.

Comentário do Desempenho

No caso das usinas participantes do MRE, um dos principais balizadores do desempenho operacional é o índice de disponibilidade. As usinas hidrelétricas da AES Brasil apresentaram **disponibilidade média de 92,3% no 1T24**.

GERAÇÃO EÓLICA

A **geração eólica bruta atingiu 1.058 GWh no 1T24, aumento de 10%** quando comparada ao mesmo período do ano anterior (965 GWh). A variação é explicada, principalmente, pela entrada em operação faseada de Tucano e Cajuína, que juntas geraram 416 GWh no trimestre (vs 103 GWh no 1T23), parcialmente compensada por um regime de ventos mais fraco, especialmente na região Nordeste, com maior impacto nos estados da BA, RN e CE – onde estão localizados alguns dos parques eólicos. A velocidade média dos ventos, ponderada pela capacidade dos parques, atingiu 6,4 m/s no 1T24, 13% menor que o 1T23 (7,3 m/s).

No 1T24, a disponibilidade média consolidada do portfólio foi influenciada pela indisponibilidade de 1 dos 2 transformadores de Ventos do Araripe (complexo que representa cerca de 18% da capacidade instalada), resultando na limitação da disponibilidade máxima para esse parque de cerca de 55%.

Em março, houve a energização do transformador reserva para substituição e início do reparo do original danificado. Após a energização do transformador reserva, a disponibilidade de Ventos do Araripe atingiu 95%.

Desconsiderando o efeito da limitação em Ventos do Araripe, a disponibilidade média consolidada do portfólio cresceu 1,6 p.p. no período (89,0% no 1T24 vs 87,4% no 1T23). Os maiores destaques foram registrados em Ventus (+5,3 p.p.) e Caetés (+5,0 p.p.), reflexo da melhoria operacional após a aceleração nas manutenções realizadas de acordo com nosso plano de *turnaround* desses ativos. Além disso, cabe destacar o término do contrato de O&M de 2 dos 3 complexos que compõem Ventus (Miassaba e Rei dos Ventos 3), com a concretização do plano de internalização previsto para o 2T24.

GERAÇÃO SOLAR

Os complexos solares registraram **geração bruta de 153 GWh no 1T24**, aumento de 5% em relação ao 1T23 (145 GWh).

De maneira geral, os indicadores operacionais das usinas solares apresentaram uma evolução positiva no 1T24 se comparado ao mesmo período do ano anterior. A disponibilidade média consolidada atingiu 99,8%, aumento de 1,9 p.p. em relação ao 1T23, com destaque para os desempenhos de Água Vermelha (+5,2 p.p.) e Boa Hora, que registrou 100,0% de disponibilidade no trimestre.

A irradiância aumentou 10% no 1T24 em comparação com o 1T23, com destaque positivo para Guaimbê (+22%). Isso reflete o fato de que a região onde o complexo está localizado foi menos afetada por dias chuvosos e/ou com maior nebulosidade, fatores que comprometem esse indicador.

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

AES Brasil Consolidado - R\$ mil	1T24	1T23	Var
Receita operacional líquida	828.605	786.263	5%
Custo com energia	(295.377)	(226.414)	30%
Margem Operacional	533.228	559.849	-5%
Custos Operacionais	(122.096)	(105.514)	16%
Despesas Gerais e administrativas	(55.498)	(47.484)	17%
Outras (despesas) receitas operacionais	(15.458)	(8.597)	80%
Custos & Despesas	(193.052)	(161.595)	19%
Depreciação e Amortização	(179.391)	(155.770)	15%
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS	(372.443)	(317.365)	17%
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	160.785	242.484	-34%
Receitas financeiras	76.783	150.376	-49%
Despesas financeiras	(322.208)	(295.130)	9%
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	(245.425)	(144.754)	70%
Resultado de equivalência patrimonial	(3.809)	762	-600%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(88.449)	98.492	-190%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(21.743)	(25.116)	-13%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.824	(13.001)	-160%
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(13.919)	(38.117)	-63%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(102.368)	60.375	-270%
Atribuído a acionistas da empresa controladora	(106.306)	13.934	-863%
Atribuído a acionistas não controladores	3.938	46.441	-92%

A receita operacional líquida totalizou R\$ 828.605 mil no 1T24, aumento de 5% em comparação ao 1T23. A margem operacional líquida³ totalizou R\$ 533.228 mil no 1T24, redução de 5% no período, refletindo:

- **Hídrica:** crescimento decorrente da gestão do portfólio, com destaque para o aumento no volume de energia vendida e a redução no preço médio de compra no período.
- **Eólica:** redução decorrente da menor velocidade dos ventos no trimestre. Este efeito foi parcialmente compensado pelo aumento da disponibilidade média consolidada do portfólio, além da operação comercial faseada de Tucano e Cajuína. Importante destacar que, no 1T23, houve a contabilização de compensações por atrasos previstos nos contratos de construção e fornecimento de turbinas em Tucano, o que não se repetiu no 1T24.
- **Solar:** aumento reflete a maior geração em função do aumento da irradiância e disponibilidade, combinado com a atualização anual dos contratos regulados pela inflação.
- **Outros:** redução influenciada, principalmente, pelo resultado da comercializadora em um cenário de volatilidade de preços.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas gerais e administrativas (ex-depreciação e amortização) somaram R\$ 193.052 mil no 1T24, contra R\$ 161.595 mil no mesmo período de 2023. Além do impacto da inflação e do crescimento da Companhia, com a operação faseada dos Complexos Tucano e Cajuína, foram registrados eventos não recorrentes que aumentaram os custos e despesas do trimestre -

³ Receita líquida menos compra de energia para revenda, taxas e encargos setoriais.

Comentário do Desempenho

manutenção bianual das eclusas e ajuste de compra do Complexo Eólico Alto Sertão II em função do melhor desempenho do parque em relação ao cenário base de aquisição.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido registrado no 1T24 foi negativo em R\$ 245.425 mil, em comparação com o montante negativo de R\$ 144.754 mil registrado no 1T23.

As receitas financeiras somaram R\$ 76.783 mil no 1T24, inferior ao 1T23 (R\$ 150.376 mil), reflexo, principalmente, da redução no rendimento de aplicações financeiras decorrente do menor saldo de caixa e aplicações na comparação entre os trimestres, além do menor CDI médio no período (CDI médio 1T24: 12,15% vs 1T23: 13,65%).

As despesas financeiras totalizaram R\$ 322.208 mil no 1T24 (vs R\$ 295.130 mil no 1T23). Destaque para a redução nos juros capitalizados, em função da operação total do Complexo Eólico Cajuína 1, e da operação faseada dos Complexos Tucano e Cajuína 2. Além disso, a redução dos encargos de dívida se deve ao menor saldo de dívidas entre os períodos, aliado à redução do IPCA no trimestre (1,42% no 1T24 vs 2,09% no 1T23) e ao menor custo do CDI nos últimos 12 meses (CDI médio 1T24: 13,15% vs 1T23: 13,65%).

LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO LÍQUIDO

Em função dos fatores já mencionados a AES Brasil registrou prejuízo líquido de R\$ 102.368 mil no 1T24 (vs lucro líquido de R\$ 60.375 mil no 1T23).

Notas Explicativas



BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	84	95	119.293	281.683
Investimentos de curto prazo	3	246.825	342.813	1.681.114	1.733.262
Contas a receber de clientes	4	—	—	369.355	375.660
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5	10.892	9.841	122.174	101.211
Outros tributos a recuperar	5	97	—	5.856	4.614
Instrumentos financeiros derivativos	30.1	—	—	178.002	31.527
Cauções e depósitos vinculados	7	694	678	26.941	37.320
Conta de ressarcimento	8	—	—	18.481	9.718
Outros ativos	9	12.955	10.358	177.716	197.211
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		271.547	363.785	2.698.932	2.772.206
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5	18.509	18.509	106.387	75.235
Tributos diferidos	6	6.351	2.081	145.597	127.958
Cauções e depósitos vinculados	7	102	74	612.721	577.380
Instrumentos financeiros derivativos	30.1	—	—	97.418	34.941
Conta de ressarcimento	8	—	—	8.032	7.854
Outros ativos	9	1.029	1.010	36.454	35.604
Investimentos em controladas e joint ventures	10	6.028.428	6.105.386	98.846	106.852
Imobilizado, líquido	11	668	1.001	13.771.396	13.691.750
Intangível, líquido	12	1.281	1.232	1.968.017	2.050.140
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		6.056.368	6.129.293	16.844.868	16.707.714
TOTAL DO ATIVO		6.327.915	6.493.078	19.543.800	19.479.920

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	13	762	1.719	268.989	375.775
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	1.826.525	243.171	4.146.620	2.308.744
Passivo de arrendamento	16	773	1.143	7.558	7.935
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	—	—	20.855	17.600
Outros tributos a pagar	14	2.316	2.999	52.589	60.417
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		45.057	45.057	46.086	45.976
Provisões para processos judiciais e outros	18	696	680	10.059	9.324
Instrumentos financeiros derivativos	30.1	54.488	35.365	406.438	143.799
Encargos setoriais	19	—	—	17.884	21.651
Obrigações de aquisições	20	—	—	157.653	131.990
Conta de ressarcimento	8	—	—	45.893	137.633
Outras obrigações	21	2.632	2.220	53.819	71.567
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		1.933.249	332.354	5.234.443	3.332.411
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	—	1.603.488	7.379.991	9.149.383
Passivo de arrendamento	16	—	—	224.029	212.175
Tributos diferidos	6	—	—	9.557	8.486
Obrigações com benefícios pós-emprego	17	—	—	103.659	104.007
Provisões para processos judiciais e outros	18	—	—	65.306	64.982
Instrumentos financeiros derivativos	30.1	—	38.131	136.317	257.382
Conta de ressarcimento	8	—	—	792.279	638.914
Outras obrigações	21	212	138	139.410	132.757
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		212	1.641.757	8.850.548	10.568.086
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social subscrito e integralizado	22	2.196.958	2.196.958	2.196.958	2.196.958
Ações em tesouraria		(15)	(15)	(15)	(15)
Reserva de capital	22.1	1.259.015	1.258.949	1.259.015	1.258.949
Reserva de lucros	22.1	1.231.057	1.231.057	1.231.057	1.231.057
Outros resultados abrangentes	22.1	(198.463)	(167.982)	(198.463)	(167.982)
Prejuízos Acumulados		(94.098)	—	(94.098)	—
Subtotal		4.394.454	4.518.967	4.394.454	4.518.967
Participação de acionistas não controladores	22.2	—	—	1.064.355	1.060.456
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.394.454	4.518.967	5.458.809	5.579.423
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.327.915	6.493.078	19.543.800	19.479.920

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
31 de março de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto lucro por ação)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Receita operacional líquida	24	—	828.605	786.263
Custo de produção e operação de energia	25	—	(596.064)	(486.790)
LUCRO BRUTO		—	232.541	299.473
Gerais e administrativas	26	(7.522)	(56.298)	(48.392)
Outras (despesas) receitas operacionais	27	(271)	(15.458)	(8.597)
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(7.793)	(71.756)	(56.989)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(7.793)	160.785	242.484
Receitas financeiras		7.869	76.783	150.376
Despesas financeiras		(59.411)	(322.208)	(295.130)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	28	(51.542)	(245.425)	(144.754)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(46.998)	(3.809)	762
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(106.333)	(88.449)	98.492
Imposto de renda e contribuição social correntes		—	(21.743)	(25.116)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		27	7.824	(13.001)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	6	27	(13.919)	(38.117)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(106.306)	(102.368)	60.375
Atribuído a acionistas da empresa controladora		(106.306)	(106.306)	13.934
Atribuído a acionistas não controladores		—	3.938	46.441
Lucro (prejuízo) por ação (em reais)				
Básico	23.1	(0,17661)	0,02315	0,02315
Diluído	23.2	(0,17299)	0,02266	0,02266

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

31 de março de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(106.306)	13.934	(102.368)	60.375
Outros resultados abrangentes					
- Itens que serão reclassificados para o resultado no futuro					
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada		(13.216)	12.009	—	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos		4.501	(4.074)	—	—
Hedge de fluxo de caixa	30	(13.309)	(16.792)	(26.454)	(4.716)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre Hedge de fluxo de caixa	6.1	4.243	5.709	8.744	1.635
Opção de recompra de participação acionária	21	(492)	(615)	(492)	(615)
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS		(124.579)	10.171	(120.570)	56.679
Atribuído a acionistas da empresa controladora				(124.579)	10.171
Atribuído a acionistas não controladores				4.009	46.508

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
31 de março de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Reservas de Lucros											
	Capital social	Ações em Tesouraria	Reservas de capital	Reserva de investimentos	Reserva de lucros a realizar	Reserva legal	Reserva Estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Subtotal do patrimônio líquido Controladora	Participação de acionistas não controladores (nota 22.2)	Total do patrimônio líquido Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.196.958	—	1.259.106	985.059	74.671	31.022	—	(155.638)	—	4.391.178	1.182.617	5.573.795
Lucro líquido do período	—	—	—	—	—	—	—	—	13.934	13.934	46.441	60.375
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	—	(3.763)	—	(3.763)	67	(3.696)
Transações com os acionistas:												
Remuneração com base em ações	—	—	240	—	—	—	—	—	—	240	—	240
Distribuição de dividendos	—	—	—	—	—	—	—	—	(6)	(6)	—	(6)
Redução de capital em controladas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(103.216)	(103.216)
Mutações internas do Patrimônio Líquido:												
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos	—	—	—	—	—	—	—	(12.909)	12.909	—	—	—
Saldos em 31 de março de 2023	2.196.958	—	1.259.346	985.059	74.671	31.022	—	(172.310)	26.837	4.401.583	1.125.909	5.527.492
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.196.958	(15)	1.258.949	985.059	73.749	40.283	131.966	(167.982)	—	4.518.967	1.060.456	5.579.423
Lucro líquido (prejuízo) do período	—	—	—	—	—	—	—	—	(106.306)	(106.306)	3.938	(102.368)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	—	(18.273)	—	(18.273)	71	(18.202)
Transações com os acionistas:												
Remuneração com base em ações	—	—	66	—	—	—	—	—	—	66	—	66
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(110)	(110)
Mutações internas do Patrimônio Líquido:												
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos	—	—	—	—	—	—	—	(12.208)	12.208	—	—	—
Saldos em 31 de março de 2024	2.196.958	(15)	1.259.015	985.059	73.749	40.283	131.966	(198.463)	(94.098)	4.394.454	1.064.355	5.458.809

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

31 de março de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Atividades operacionais:				
Lucro líquido (prejuízo) do período	(106.306)	13.934	(102.368)	60.375
Ajustes para conciliar o Lucro líquido (prejuízo) do período com o caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	6.552	6.211	179.391	154.466
Variação monetária e cambial	(10.239)	18.321	21.053	(21.423)
Provisão (reversão) para processos judiciais e outros	18	16	643	725
Despesas com previdência privada e programa de incentivo à aposentadoria	17	—	2.548	3.170
Custo de empréstimos (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	15 e 28	45.718	44.293	253.093
Juros sobre passivo de arrendamento	16	31	5.749	3.560
Marcação a mercado de derivativos	24	—	(2.343)	(9.285)
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	28	(7.991)	(26.629)	(47.018)
Resultado de equivalência patrimonial	10	40.782	(67.171)	3.809
Ajuste de preço na aquisição de subsidiária	27	—	—	(762)
Tributos e contribuições sociais diferidos	6	(27)	7	(7.824)
Ações e opções de ações outorgadas	—	71.941	240	66
Baixa de bens do ativo	11	—	—	5.161
Variação de ativos e passivos operacionais	(5.070)	(1.238)	(39.799)	121.861
Contas a receber de clientes	—	—	6.305	(12.229)
Tributos e contribuições sociais compensáveis	(1.783)	(2.990)	7.028	6.025
Outros ativos	(2.132)	38	12.496	(14.750)
Fornecedores	(957)	309	(104.973)	25.831
Outros tributos a pagar	—	—	(9.831)	(1.699)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	—	—	21.743	27.988
Encargos setoriais	—	—	(3.767)	—
Conta de ressarcimento	—	—	56.961	97.676
Outras obrigações	(198)	1.405	(25.761)	(6.981)
	35.407	(11.352)	294.347	401.901
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	15 e 28	(87.930)	(72.242)	(316.700)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	16	(31)	(57)	(5.749)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	—	—	(35.900)	(53.588)
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	17	—	(2.896)	(281)
Pagamento de processos judiciais e outros	18	—	—	(1.067)
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	—	93.869	(528.392)	64.893
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	—	10.745	2.179	32.124
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades operacionais	52.060	(609.864)	30.119	46.173
Atividades de investimentos:				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(49)	(583)	(224.387)
Indenização de seguros de imobilizado	27	—	—	9.856
Aumento de capital em controladas e controladas em conjunto	10	(72.305)	(727)	—
Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	20	—	—	(5.580)
(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados	7	(44)	(380)	10.259
Caixa líquido (usado) nas atividades de investimentos	(72.398)	(1.690)	(204.272)	(970.424)
Atividades de financiamentos:				
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	15	—	578.142	300.000
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	15	—	—	(16.467)
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	15	—	(1.327)	(210.428)
Liquidação de instrumento derivativo	—	—	—	(58.546)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	31	—	(6)	—
Redução de capital	22.2	—	—	(103.216)
Recebimento de ajuste de preço de compra de subsidiária	10	20.699	—	20.699
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	16	(372)	(243)	(2.997)
(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento	7	—	—	(20.498)
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades de financiamentos	20.327	576.566	11.763	766.172
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(11)	(34.988)	(162.390)	(158.079)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	95	35.056	281.683	195.872
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	84	68	119.293	37.793

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

31 de março de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
1. RECEITAS	—	—	1.237.695	1.901.714
Receita bruta de venda de energia	—	—	986.576	914.433
Outras receitas operacionais	—	—	7.236	29.949
Receitas relativas à construção de ativos próprios	—	—	243.883	957.332
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.280)	(2.220)	(687.628)	(1.302.254)
Materiais	(19)	(18)	(112.025)	(550.153)
Serviços de terceiros	(1.783)	(2.151)	(184.502)	(479.633)
Custo da energia comprada e transmissão	—	—	(326.785)	(242.961)
Outros custos operacionais	(478)	(51)	(64.316)	(29.507)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	(2.280)	(2.220)	550.067	599.460
4. RETENÇÕES	(335)	(343)	(180.525)	(157.197)
Depreciação e amortização	(335)	(343)	(180.525)	(157.197)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(2.615)	(2.563)	369.542	442.263
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(38.745)	87.958	75.161	158.891
Equivalência patrimonial	(46.998)	61.304	(3.809)	762
Receitas financeiras	8.253	26.654	78.970	158.129
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(41.360)	85.395	444.703	601.154
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(41.360)	85.395	444.703	601.154
Pessoal	4.633	4.084	52.950	48.338
Remuneração e encargos	2.855	2.022	43.179	37.046
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	1.639	2.054	6.118	7.617
Previdência privada	139	8	1.345	1.460
FGTS	—	—	2.308	2.215
Tributos (Governos)	901	2.196	171.269	200.897
Federais	901	2.196	87.069	114.130
Imposto de Renda e Contribuição Social	(27)	7	13.919	38.118
COFINS	160	1.065	46.208	49.546
PIS	17	173	17.456	18.176
INSS	689	766	8.691	7.469
Encargos sociais - Outros	62	185	795	821
Estaduais	—	—	55.100	55.686
ICMS	—	—	55.067	55.583
Outros	—	—	33	103
Municipais	—	—	397	172
IPTU	—	—	345	60
ISS	—	—	52	112
Encargos setoriais	—	—	28.703	30.909
Pesquisa e desenvolvimento	—	—	5.998	5.049
Taxa de fiscalização - ANEEL	—	—	5.791	4.377
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	—	—	16.914	21.483
Remuneração de capital de terceiros	59.412	65.181	322.852	291.544
Juros	59.411	65.171	322.208	296.267
Aluguéis	1	10	644	(4.723)
Remuneração de capitais próprios	(106.306)	13.934	(102.368)	60.375
Lucros retidos	(106.306)	13.928	(106.306)	13.928
Dividendos	—	6	—	6
Participação de acionistas não controladores	—	—	3.938	46.441

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



1. INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Brasil Energia S.A ("Companhia" ou "Controladora"), é uma companhia de capital aberto, com sede na Avenida Luiz Carlos Berrini, 1.376, 12º andar da Torre A - Sala Digitalização, Brooklin Paulista, São Paulo - SP, que tem por objetivo principal exercer o controle de sociedades que atuam majoritariamente nos setores de geração de energia elétrica.

A Companhia é diretamente controlada pela AES Holdings Brasil Ltda. e indiretamente pela The AES Corporation ("AES Corp"), sediada nos Estados Unidos da América.

A Companhia possui um portfólio diversificado de geração de energia elétrica renovável, sendo eles: geração hidroelétrica, geração eólica e geração solar.

A Companhia atua, ainda, na área de comercialização de energia por meio da AES Comercializadora de Energia Ltda.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 23 de abril de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 31 de março de 2024, submetendo-as nesta data à apreciação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal.

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As informações consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela Controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades de capital aberto. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas, obrigações benefícios pós-emprego, e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, pela avaliação do ativo imobilizado ao seu custo atribuído ("*deemed cost*"), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e pela mensuração inicial a valor justo do intangível gerado pela extensão do período de concessão.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Com o objetivo de divulgar nas informações contábeis intermediárias apenas os aspectos relevantes, a Companhia deixou de apresentar as notas explicativas a seguir, pois foram anteriormente divulgadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023, publicadas em 26 de fevereiro de 2024. Dessa forma, a leitura das informações contábeis intermediárias deve ser feita em conjunto com as demonstrações contábeis anuais.

Notas Explicativas



Número	Nota explicativa	Justificativa
1.1	Geração hidroelétrica	(a)
1.2	Geração eólica	(a)
1.3	Geração solar	(a)
1.4	Comercialização de energia	(a)
1.5	Obrigação de expansão	(a)
2.2	Políticas contábeis e estimativas	(a)
2.3	Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	(a)
2.4	Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração	(a)
2.7	Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023	(a)
2.8	Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes	(a)
6.2	Estimativa de recuperação de créditos	(a)
15.3	Características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos	(b)
17.1	Previdência privada	(a)
17.2	Programa de incentivo à aposentadoria	(a)
17.3	Informações relevantes das obrigações com benefícios pós-emprego	(a)
22.1	Patrimônio líquido	(b)
23	Destinação do resultado	(a)
31.2	Gerenciamento de riscos	(a)
31.2 (a)	Estrutura de gerenciamento de riscos	(a)
31.2 (b)	Riscos resultantes de instrumentos financeiros	(a)
31.2 (b.1)	Risco de crédito	(b)
31.2 (b.5)	Risco de aceleração das dívidas	(b)
31.2 (c)	Outros riscos considerados relevantes	(a)
31.2 (c.1)	Risco hidrológico	(a)
31.2 (c.2)	Risco em renováveis não-hídricas	(a)
31.2 (c.3)	Risco de alterações na legislação tributária do Brasil	(a)
31.2 (c.4)	Risco de instabilidade cambial e econômica	(a)
31.2 (c.5)	Risco socioambiental	(a)
31.2 (c.6)	Risco de obrigação de expansão	(a)
31.2 (c.7)	Risco da escassez de vento	(a)
31.2 (c.8)	Risco de concentração - Fornecedores	(a)
31.2 (c.9)	Risco de mudanças climáticas	(a)
32	Seguros	(a)
34	Compromissos	(a)
35	Investimentos e gastos em meio ambiente	(a)

(a) Informações idênticas às publicadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023.

(b) Informações e textos reduzidos, pois não houve alteração no conteúdo nas informações contábeis intermediárias.

2.2 Base de preparação e apresentação

Continuidade operacional

Em 31 de março de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia, suas controladas e *joint ventures* em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia, suas controladas e *joint ventures* preparam, no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia, suas controladas e *joint ventures*. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, podendo sofrer alterações.

Notas Explicativas



Segmento de negócios

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia, suas controladas e *joint ventures* são baseadas em relatórios consolidados, o suprimento e o fornecimento de energia são realizados utilizando-se uma rede integrada de geração, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Administração da Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

2.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia, suas controladas e *joint ventures* é o real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operações. As informações contábeis intermediárias estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data base dos balanços. As receitas e despesas são convertidas às taxas de câmbio nas datas das transações.

2.4 Critérios de consolidação

Transações e saldos em transações entre a controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As informações contábeis intermediárias consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

Notas Explicativas



3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Caixa e Equivalentes de caixa				
Numerário disponível	84	95	8.291	50.123
Operação compromissada	—	—	111.002	231.560
Subtotal	84	95	119.293	281.683
Investimentos de curto prazo				
CDB-DI	246.825	342.813	1.681.114	1.733.262
Subtotal	246.825	342.813	1.681.114	1.733.262
Total	246.909	342.908	1.800.407	2.014.945

Os investimentos de curto prazo em 31 de março de 2024 possuem liquidez diária e rentabilidade média consolidada de 100,30% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (100,82% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado							
	Saldos vincendos	Saldos vencidos				PECLD (i)	31/03/2024	31/12/2023
		Até 90 dias	De 90 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Acima de 360 dias			
CIRCULANTE								
Contratos bilaterais	218.032	2.579	247	199	—	(612)	220.445	205.560
Mercado de Curto Prazo	4.329	1.640	1.118	104	19	—	7.210	39.088
Leilões de Energia Eólica	89.356	1.148	489	—	—	—	90.993	70.608
Leilões de Energia Solar	21.456	487	—	—	—	—	21.943	24.024
Partes relacionadas (nota 29)	1.840	—	—	—	—	—	1.840	2.318
Contratos de comercialização de energia	26.762	162	—	—	—	—	26.924	34.062
Total	361.775	6.016	1.854	303	19	(612)	369.355	375.660

(i) Refere-se às perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com base na expectativa de perdas dos valores vencidos ou do saldo a vencer do contas a receber da controlada indireta AES Tietê Integra Soluções em Energia Ltda.

Em relação aos demais saldos de contas a receber, a Companhia concluiu que não há expectativa de perda dos valores vencidos ou do saldo a vencer.

Notas Explicativas



5. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				
<u>Imposto de renda e contribuição social a recuperar</u>				
Imposto de renda	5.266	5.736	65.629	73.076
Contribuição social (i)	—	—	23.103	6.585
Imposto de renda retido na fonte	5.626	4.105	33.442	21.550
Total	10.892	9.841	122.174	101.211
<u>Outros tributos a recuperar</u>				
PIS e Cofins	97	—	2.781	2.032
ICMS	—	—	2.069	2.048
INSS	—	—	200	197
Outros	—	—	806	337
Total	97	—	5.856	4.614
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
<u>Imposto de renda e contribuição social a recuperar</u>				
Imposto de renda (i)	17.888	17.888	103.376	72.891
Contribuição social	621	621	3.011	2.344
Total	18.509	18.509	106.387	75.235
Total	29.498	28.350	234.417	181.060

(i) A variação é decorrente, principalmente, das apurações e retificação das obrigações acessórias do exercício de 2021 dos Complexos Mandacaru e Salinas e Santos. No consolidado, o efeito do crédito gerado pela transação foi de R\$48.172, sendo R\$37.740 registrados como contrapartida na rubrica de Intangível, e R\$10.432 registrados como atualização de créditos tributários, no resultado financeiro.

Notas Explicativas



6. TRIBUTOS DIFERIDOS

6.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

	Notas	Controladora				Consolidado			
		Balanço Patrimonial		Resultado		Balanço Patrimonial		Resultado	
		31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/03/2023
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:									
Tributos ativos:									
Prejuízo fiscal e base negativa		—	—	—	—	538.819	532.795	6.024	504
Provisão para participação nos lucros e resultados		—	—	—	—	2.478	6.798	(4.320)	(4.414)
Provisão para processos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórias	18	—	—	—	—	23.740	23.434	306	(1.621)
Provisão de benefício a empregados		—	—	—	—	5.636	5.754	(118)	982
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos		—	—	—	—	2.027	2.027	—	—
Créditos fiscais de ágios incorporados	6.3	—	—	—	—	51.612	54.335	(2.723)	(2.946)
Provisão para fornecedores de materiais e serviços		—	—	—	—	10.048	12.419	(2.371)	554
Hedge de Fluxo de caixa (outros resultados abrangentes)		6.379	2.136	—	—	39.050	30.306	—	—
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)		—	—	—	—	29.608	29.608	—	—
Ressarcimento de energia	8	—	—	—	—	14.773	12.954	1.819	907
Variação cambial não realizada		—	—	—	—	810	794	16	70
Marcação a mercado		—	—	—	—	88.855	18.618	70.237	29.790
Outros		—	—	—	—	2.116	2.192	(76)	3.196
Tributos passivos:									
Ativo imobilizado - custo atribuído	11	—	—	—	—	(234.977)	(241.266)	6.289	6.649
Ativo intangível - uso do bem público	12	—	—	—	—	(5.922)	(6.100)	178	178
Atualização de cauções e depósitos vinculados	18	—	(21)	21	—	(184)	(192)	8	(161)
Ativo imobilizado - taxa de depreciação		—	—	—	—	(18.903)	(19.335)	432	(6.751)
Variação Cambial Ativa Não Realizada		(28)	(34)	6	(7)	(30)	(265)	235	(6)
Ativo intangível - GSF	12	—	—	—	—	(240.762)	(247.947)	7.185	7.185
Juros Capitalizados		—	—	—	—	(71.991)	(68.509)	(3.482)	(9.931)
Marcação a mercado		—	—	—	—	(93.634)	(22.599)	(71.035)	(35.592)
Outros		—	—	—	—	(7.129)	(6.349)	(780)	(1.594)
Ativo (Passivo) fiscal diferido, líquido		6.351	2.081	27	(7)	136.040	119.472	7.824	(13.001)
Tributos diferidos do ativo não circulante		6.351	2.081			145.597	127.958		
Tributos diferidos do passivo não circulante		—	—			(9.557)	(8.486)		
Total		6.351	2.081			136.040	119.472		

Os tributos diferidos são apresentados por complexo e pelo valor líquido, a seguir:

Notas Explicativas



Complexo	31/03/2024			31/12/2023
	Ativo	Passivo	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)
Controladora	6.379	(28)	6.351	2.081
AES Comercializadora	88.875	(93.634)	(4.759)	(3.981)
Complexo Tucano	—	(1.727)	(1.727)	(3.145)
Complexo Araripe	—	(668)	(668)	—
Complexo Caetés	—	(1.317)	(1.317)	—
AES Operações	696.171	(572.740)	123.431	111.480
AES Tietê Integra	3.426	—	3.426	3.404
Complexo Alto Sertão II	6.361	(1.049)	5.312	4.543
Complexo AGV	8	(93)	(85)	(33)
Complexo Ouroeste	—	(272)	(272)	(214)
Complexo Guaimbé	—	(487)	(487)	(496)
Complexo Ventus	5.294	(877)	4.417	3.964
Complexo Salinas e Mandacaru	3.058	(398)	2.660	2.486
Complexo Cassino	—	(242)	(242)	(617)
	809.572	(673.532)	136.040	119.472

A movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos é como segue:

Movimentação dos tributos diferidos	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.081	119.472
Impacto no resultado	27	7.824
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	4.243	8.744
Saldo em 31 de março de 2024	6.351	136.040

A composição da base de cálculo e a conciliação do imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora				Consolidado			
	31/03/2024		31/03/2023		31/03/2024		31/03/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(106.333)	(106.333)	13.941	13.941	(88.449)	(88.449)	98.492	98.492
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	26.583	9.570	(3.485)	(1.255)	22.112	7.960	(24.623)	(8.864)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
Adições (exclusões) permanentes:								
Diferenças temporárias sem imposto diferido constituído	—	—	103	37	—	—	(222)	(80)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	(6.528)	(2.350)	(514)	(185)	(33.297)	(11.975)	(13.128)	(4.698)
Amortização da mais valia em combinação de negócios e de direitos contratuais	—	—	—	—	(4.572)	(1.646)	(4.182)	(1.505)
Resultado de equivalência patrimonial (i)	(20.470)	(7.369)	3.952	1.423	(952)	(343)	191	69
Diferença de base - controladas lucro presumido	—	—	—	—	2.945	(265)	15.470	4.750
Juros capitalizados de controladas	—	—	(60)	(22)	—	—	—	—
Outros ajustes de impostos	435	156	(1)	—	4.509	1.605	(775)	(520)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	20	7	(5)	(2)	(9.255)	(4.664)	(27.269)	(10.848)
Composição dos tributos no resultado:								
Corrente	—	—	—	—	(14.894)	(6.849)	(17.725)	(7.391)
Diferidos	20	7	(5)	(2)	5.639	2.185	(9.544)	(3.457)
Total	20	7	(5)	(2)	(9.255)	(4.664)	(27.269)	(10.848)
Alíquota efetiva	—	—	—	—	10,5%	5,3%	-27,7%	-11,0%

(i) a diferença da equivalência patrimonial com a demonstração de resultados, refere-se aos juros capitalizados.

Notas Explicativas



A Controladora apurou prejuízo fiscal no período findo em 31 de março de 2024, não tendo, portanto, despesa de IRPJ/CSLL correntes. Houve apenas constituição de IRPJ/CSLL diferidos sobre diferença temporária de variação cambial não realizada.

6.2 Composição dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias sem diferido constituído

	Prejuízo Fiscal e Base negativa de Contribuição Social		Diferenças Temporárias		Total Diferido não Contabilizado	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Controladora	12.646	4.552	8.886	3.199	21.532	7.751
Complexo Alto Sertão II	140.536	50.593	—	—	140.536	50.593
AES Brasil Operações	65.606	24.014	36.615	13.181	102.221	37.195
Complexo Salinas e Mandacarú	3.068	1.104	40.603	14.617	43.671	15.721
Complexo Tucano	57.936	20.857	1.575	567	59.511	21.424
Guaimbê Holding	—	—	5.462	1.966	5.462	1.966
Complexo Cajuína	433	155	494	178	927	333
Complexo Ventus	42	15	—	—	42	15
Complexo Arinos	70	25	—	—	70	25
Complexo Caetés	119.927	43.174	—	—	119.927	43.174
Complexo Araripe	104.458	37.605	—	—	104.458	37.605
Complexo Cassino	30	11	—	—	30	11
Cordilheira dos Ventos	10	4	—	—	10	4
Potengi	11.518	4.146	346	124	11.864	4.270
Veleiros	4.528	1.630	54	20	4.582	1.650
AES GF1 Holdings	8	3	—	—	8	3
CONSOLIDADO	520.816	187.888	94.035	33.852	614.851	221.740

Os correspondentes impostos diferidos ativos não foram reconhecidos, tendo em vista que os impostos diferidos ativos são constituídos no limite da expectativa de realização dos lucros tributários futuros. Para os prejuízos e bases negativas de contribuição social detidos por empresas *holdings*, cujos resultados são majoritariamente gerados por despesas financeiras dedutíveis, a Companhia não constitui impostos diferidos ativos.

6.3 Créditos fiscais de ágios incorporados

Os créditos fiscais de ágios incorporados classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações dos ágios das controladoras AES Gás Ltda., AES Tietê Participações S.A. e AES Brazilian Energy Holdings S.A. e estão registrados na controlada direta AES Operações, de acordo com os conceitos da Resolução CVM 78/2022.

Os ágios e as correspondentes provisões são amortizados pelo prazo de concessão da controlada direta AES Operações, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da controlada direta AES Operações apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do período. Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos estavam assim representados:

Notas Explicativas



	Consolidado			
	31/03/2024			31/12/2023
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
<u>AES Brazilian Energy Holdings Ltda</u>				
Saldos oriundos da incorporação	319.564	(210.912)	108.652	108.652
Amortização acumulada	(227.814)	150.357	(77.457)	(75.812)
Subtotal	91.750	(60.555)	31.195	32.840
<u>AES Gás Ltda.</u>				
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(753.212)	504.510	(248.702)	(247.750)
Subtotal	55.092	(37.054)	18.038	18.990
<u>AES Tietê Participações S.A.</u>				
Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(75.423)	49.779	(25.644)	(25.518)
Subtotal	6.997	(4.618)	2.379	2.505
Total	153.839	(102.227)	51.612	54.335

A movimentação dos créditos fiscais do ágio incorporado é como segue:

Movimentação dos créditos fiscais do ágio	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	54.335
Amortização	(8.117)
Reversão	5.394
Saldo em 31 de março de 2024	51.612

Notas Explicativas



7. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				
Garantias de compromissos contratuais	—	—	20.321	30.302
Cauções e depósitos vinculados relativos a processos judiciais	18.1 694	678	3.136	3.063
Garantias de financiamento (i)	—	—	3.484	3.955
Subtotal	694	678	26.941	37.320
NÃO CIRCULANTE				
Garantias de financiamento (i)	—	—	605.390	570.350
Cauções e depósitos vinculados relativos a processos judiciais	18.1 102	74	7.331	7.030
Subtotal	102	74	612.721	577.380
Total	796	752	639.662	614.700

(i) Refere-se às Contas Reservas da Dívida, que se destinam aos pagamentos de principal, juros e obrigações dos contratos de dívida das controladas Complexo Eólico Caetés, Complexo Eólico Araripe, AES Operações e Tucanos F1 a F4 no montante, respectivamente de R\$125.105, R\$91.259, R\$32.200 e R\$9.526 e de suas controladas indiretas, composto pelo Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas, Complexo Eólico Cassino, Complexo Eólico Alto Sertão II e Complexo Eólico Ventus, nos montantes de R\$224.459, R\$90.431, R\$26.045 e R\$9.849, respectivamente. A integralidade dos recursos retidos, nestas contas, deve ser aplicada seguindo as restrições mencionadas nos documentos da emissão. O saldo destas contas, em sua totalidade, está aplicado em certificados de depósitos bancários e fundos, com rentabilidade média consolidada de 100,30% do CDI.

A movimentação das cauções e dos depósitos vinculados para o período findo em 31 de março de 2024 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	614.700
Adições (i)	87.971
Atualização monetária (nota 28)	14.723
Baixas e resgates (ii)	(77.732)
Saldo em 31 de março de 2024	639.662

(i) As adições no montante de R\$87.971, são compostas por: (a) ingressos decorrentes de garantias previstas em cláusulas contratuais para emissão de financiamentos e debêntures, no montante de R\$87.732 e (b) valores depositados judicialmente no montante de R\$239.

(ii) Os resgates no montante de R\$77.732 são compostos por: (a) pagamento de principal e juros das dívidas, no montante de R\$67.234; e (b) R\$10.498 de resgates de garantias de compromissos contratuais.

8. RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas que operam contratos do Leilão de Energia de Reserva - LER 2009, LER 2010, LER 2013 e a CCEE e entre os contratos de Energia Nova entre o LEN 2011 (A-3), Fontes Alternativas - LFA e as distribuidoras, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia reflete o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços para o cliente. A contraprestação variável reflete o valor justo mais provável do ressarcimento, na qual não são esperados pela Companhia reversões significativas.

Notas Explicativas



A movimentação do ressarcimento é como segue:

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2023	17.572	(776.547)
Adição/reversão (i)	3.846	(159.200)
Amortização	—	101.852
Atualização monetária	—	(4.277)
Ressarcimento contratual (ii)	5.095	—
Saldos em 31 de março de 2024	26.513	(838.172)
Circulante	18.481	(45.893)
Não circulante	8.032	(792.279)

(i) refere-se à geração eólica abaixo da contratada no período, principalmente em função da baixa velocidade do vento.

(ii) refere-se ao ressarcimento de energia atrelado ao contrato de manutenção, que obedece a regras similares às regras do Órgão Regulador.

Os ressarcimentos relativos aos eventos de *constrained-off* das usinas eólicas atrelados à contratação de energia elétrica no ambiente regulado e à contratação de energia de reserva estavam suspensos desde a emissão do Despacho nº 2.303/2019 pela ANEEL, onde se iniciou uma apuração dos procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE divulgou o comunicado CO 970/22, informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e também para as solares. Em 12 de janeiro de 2023, a CCEE divulgou o comunicado CO 039/23 para a operacionalização das apurações de ressarcimentos de fontes eólicas e solares, de acordo com as premissas já estabelecidas nas resoluções normativas emitidas pela ANEEL.

A reapuração do ressarcimento ocorrerá em duas etapas, compreendidas como período transitório e período definitivo. Para o período transitório, que compreende os ressarcimentos apurados até setembro de 2021, iniciou-se, em setembro de 2023, as reapurações e liquidações, entretanto para o período definitivo, que compreende os ressarcimentos apurados a partir de outubro de 2021, a Companhia aguarda a emissão da Nota Técnica pela ANEEL contendo aprovação das regras a serem adotadas.

Em 31 de março de 2024, do saldo total de R\$838.172 do passivo de ressarcimento, R\$586.056 referem-se à suspensão de devolução de ressarcimento de ciclos encerrados decorrente do Despacho 2.303/2019, sendo R\$115.430 para o LER 2009, R\$24.531 para o LER 2010, R\$210.440 para o LER 2011, R\$206.550 para o LER 2013 e R\$29.105 para LFA.

Notas Explicativas



9. OUTROS ATIVOS

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				
Almoxarifado (i)	—	—	65.364	60.409
Compensação por atraso de fornecedores (ii)	—	—	45.787	74.242
Despesas pagas antecipadamente	—	26	15.856	26.332
Dividendos a receber	29	10.423	9.939	13.720
Adiantamento a fornecedores	—	—	15.830	11.613
Adiantamento a empregados	—	2	3.796	397
Imóvel disponível para venda	—	—	1.521	1.521
Contas a receber de partes relacionadas	29	—	90	—
Outros	2.532	301	15.842	13.155
Subtotal	12.955	10.358	177.716	197.211
NÃO CIRCULANTE				
Pis e Cofins diferidos sobre ressarcimento	—	—	17.507	15.604
Despesas pagas antecipadamente	—	—	3.851	4.258
Contas a receber de partes relacionadas	29	—	5.324	5.581
INSS	—	—	1.622	1.622
ICMS	—	—	1.390	1.390
Outras contas a receber	—	—	3.733	4.133
Outros	1.029	1.010	3.027	3.016
Subtotal	1.029	1.010	36.454	35.604
Total	13.984	11.368	214.170	232.815

(i) O almoxarifado é composto por materiais de reposição (peças sobressalentes). Os estoques são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável, e são avaliados com base no "custo médio ponderado".

(ii) Refere-se à compensação a receber por atraso na conclusão das obras dos Complexos Tucano e Cajuína, nos montantes de R\$29.636 e R\$16.151, respectivamente, que estão previstas nos contratos de construção e fornecimento de turbinas e equipamentos. Os contratos estabelecem penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo atraso.

Os montantes do Complexo Tucano estão apresentados parcialmente líquidos do passivo, com a contraparte registrado na rubrica de Fornecedores, haja visto que o referido contrato prevê esta compensação. No exercício de 2023, foram compensados R\$96.750 contra fornecedores. Os montantes referentes ao Complexo Tucano foram fixados mediante assinatura de acordo firmado entre as partes em 22 de março de 2024 e serão liquidados durante o 2º trimestre de 2024.

Notas Explicativas

**10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E JOINT VENTURES**

A Companhia detém investimentos em empresas controladas direta e indiretas e indiretamente em *joint ventures*. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas informações contábeis intermediárias da Controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A controlada direta Tucano Holding I S.A. detém 50% de participação indireta na Tucano Holding III com a Unipar Carbocloro S.A., empreendimento controlado em conjunto ("*Joint Venture*") com a Unipar Carbocloro S.A. Conforme os acordos contratuais, é requerido consenso entre todas as partes do acordo para as atividades relevantes. A participação no investimento é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial na Controladora e Consolidado.

Na Controladora, os intangíveis decorrentes de combinação de negócios e da aquisição de ativos são incluídos no valor contábil do investimento, inicialmente mensurado pelo seu valor justo e amortizado com base no prazo remanescente de autorização ou do contrato. Já na demonstração consolidada, esses valores são apresentados na rubrica de intangível.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Participações societárias permanentes:				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	5.396.725	5.446.768	98.846	106.852
Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos (i)	16.137	16.137	—	—
Direito de exploração de autorização decorrente de aquisição de ativos (ii)	489.777	515.267	—	—
Mais valia dos ativos adquiridos (ii)	125.789	127.214	—	—
Total	6.028.428	6.105.386	98.846	106.852

(i) Refere-se às aquisições dos Complexos Arinos, no montante de R\$16.137. A amortização iniciará após a entrada em operação do parque com base no prazo de autorização.

(ii) Refere-se à aquisição dos Complexos Araripe e Caetés. O direito de exploração de autorização é amortizado com base no prazo de concessão e a mais valia dos investimentos adquiridos é amortizada com base na vida útil média do ativo imobilizado.

A movimentação dos investimentos para o período findo em 31 de março de 2024 é como segue:

	Controladora				
	Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos	Direito de exploração de autorização decorrente de aquisição de ativos	Mais valia dos ativos adquiridos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.446.768	16.137	515.267	127.214	6.105.386
Equivalência patrimonial (i)	(40.782)	—	—	—	(40.782)
Ajuste intangível de aquisição (ii)	—	—	(20.699)	—	(20.699)
Amortização do intangível e da mais valia gerado em aquisições (i)	—	—	(4.791)	—	(4.791)
Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização (i)	—	—	—	(1.425)	(1.425)
Aumento de capital	72.305	—	—	—	72.305
Dividendos mínimos obrigatórios	(484)	—	—	—	(484)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(71.875)	—	—	—	(71.875)
Outros resultados abrangentes (iii)	(9.207)	—	—	—	(9.207)
Saldos em 31 de março de 2024	5.396.725	16.137	489.777	125.789	6.028.428

(i) Valores apresentados na rubrica de equivalência patrimonial nas demonstrações de resultados.

(ii) O ajuste é proveniente do acordo após a análise realizada para atendimento ao contrato de compra e venda de ações, especificamente quanto ao cálculo do capital de giro, endividamento e do ajuste de preço, que foram acordados e firmados em 05 de agosto de 2022 entre a Companhia, a controlada direta AES Operações, e a Cubico Brasil S.A., para a aquisição dos complexos Caetés, Araripe e Cassino.

Notas Explicativas



(iii) O montante se refere principalmente ao efeito reflexo do *hedge* dos empréstimos captados no exterior para financiamento da construção dos parques eólicos, proteção cambial referente à aquisição de placas solares em moeda estrangeira, por meio de NDF e opção de recompra acionária.

Controladora	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Equivalência patrimonial	Aumento de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Dividendos mínimos obrigatórios	Outros Resultados Abrangentes	Ajuste intangível de aquisição Complexos Eólicos Araripe e Caetés	Amortização dos intangíveis gerados na mais valia e direitos de exploração	Saldos em 31 de março de 2024
AES Tucano Holding I	2.163.116	(18.501)	71.875	(71.875)	(484)	(316)	—	—	2.143.815
AES Brasil Operações	3.026.566	(2.035)	—	—	—	(8.891)	—	—	3.015.640
AES Comercializadora	21.868	1.511	—	—	—	—	—	—	23.379
AES GF1 Holdings	42.607	(21)	325	—	—	—	—	—	42.911
AES GF2 Holdings	1.166	13	—	—	—	—	—	—	1.179
AES Arinos Holding	21.723	(50)	105	—	—	—	—	—	21.778
São Tomé Holding	400.015	(3.244)	—	—	—	—	(9.939)	(2.806)	384.026
São Tito Holding	426.227	(18.494)	—	—	—	—	(10.760)	(3.410)	393.563
AES Energy Solutions	2.098	39	—	—	—	—	—	—	2.137
Total	6.105.386	(40.782)	72.305	(71.875)	(484)	(9.207)	(20.699)	(6.216)	6.028.428

Controlada	Total de quantidade de quotas/ações do capital social	Percentual de participação	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Lucro líquido (prejuízo) do período ajustado
AES Brasil Operações	2.014.441.535	100%	1.799.262	2.886.408	(2.035)	(2.035)
AES Comercializadora	12.000.000	100%	12.000	23.379	1.511	1.511
AES GF1 Holdings	42.999.500	100%	43.000	42.910	(21)	(21)
AES GF2 Holdings	1.157.900	100%	1.158	1.178	13	13
AES Arinos	5.923.500	100%	5.924	5.642	(50)	(50)
Tucano Holding I (i)	2.769.997.502	62,96%	688.787	2.922.736	(52.589)	(18.501)
São Tomé Holding	373.237	100%	373.237	99.989	(3.244)	(3.244)
São Tito Holding	273.517	100%	273.517	58.960	(18.494)	(18.494)
AES Energy Solutions	2.028.678	100%	2.030	2.135	39	39
				6.043.337	(74.870)	(40.782)

(i) A diferença entre o lucro líquido do período e o lucro líquido do período ajustado no montante de R\$34.088 refere-se aos juros capitalizados da Tucano Holding I. Com o objetivo de financiar principalmente a construção de novos complexos solares, a Controladora captou recursos por meio de debêntures e empréstimos de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado na controlada, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas informações contábeis intermediárias consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” (nota explicativa nº 11) em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos no imobilizado/intangível em curso” (nota explicativa nº 28). Para melhor apresentação, os juros capitalizados foram ajustados na tabela em Lucro líquido (prejuízo) do período ajustado.

Joint Venture

Em 31 de março de 2024, as informações contábeis da *Joint Venture* estão apresentadas abaixo:

	Tucano Holding III Consolidado
Balanco Patrimonial	
Ativo circulante	182.329
Ativo não circulante	750.099
Passivo circulante	117.709
Passivo não circulante	617.026
Patrimônio líquido	197.693
Demonstração de Resultado	
Resultado Operacional	11.019
Resultado financeiro	(17.601)
Despesa ou receita de imposto sobre a renda	(1.035)
Prejuízo do período	(7.617)
Resultado abrangente total	(7.617)
Percentual de participação	50%
Quantidade de quotas/ações do capital social	1.444.186.438

Notas Explicativas



A movimentação de investimentos, consolidado, da *joint venture* é como segue:

Movimentação Joint Venture	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	106.852
Equivalência patrimonial	(3.809)
Dividendos	(4.197)
Saldos em 31 de março de 2024	98.846

Operação comercial *Joint Venture*

Os parques eólicos controlados pela Tucano Holding III foram liberados para operação comercial e iniciaram o atendimento dos seus contratos de fornecimento de energia em 01/01/2023. O contrato de compra e venda de energia é firmado com a Unipar Carbocloro S.A., possuem vigência de 20 anos, com 155 MW de capacidade instalada e 71,5 MWh de garantia física de energia.

11. IMOBILIZADO

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado			
	31/03/2024			31/12/2023
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Terrenos	—	411.781	—	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	3,93%	2.959.665	(2.360.279)	599.386
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,88%	1.943.795	(627.810)	1.315.985
Máquinas e equipamentos	3,90%	11.577.124	(2.349.733)	9.227.391
Veículos	10,15%	19.849	(9.098)	10.751
Móveis e utensílios e outros	4,20%	11.344	(7.387)	3.957
Imobilizado em serviço		16.923.558	(5.354.307)	11.569.251
Imóveis destinados a uso futuro	—	578	—	578
Imobilizado em curso (i)	—	1.998.836	—	1.998.836
Bens vinculados às concessões e autorizações		18.922.972	(5.354.307)	13.568.665
Direito de uso de sede administrativa	de 11,11% a 20,00%	12.781	(7.498)	5.283
Direito de uso de terreno arrendado	de 2,86% a 7,14%	225.314	(27.866)	197.448
Total Imobilizado		19.161.067	(5.389.671)	13.771.396

(i) O ativo imobilizado em curso contempla principalmente gastos com construção de novas plantas de geração eólica nos Complexos de Tucano e Cajuína, incluindo adiantamento a fornecedores para aquisição dos aerogeradores, além de gastos com a modernização de unidades geradoras das usinas hidroelétricas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço quando da sua entrada em operação.

Notas Explicativas



b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Consolidado							
	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Adições	Remensuração (II)	Provisão para desmobilização	Baixas	Transferências e reclassificações (I)	Juros capitalizados	Saldos em 31 de março de 2024
Terrenos	414.284	—	—	—	—	(2.503)	—	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	2.945.326	—	—	—	—	14.339	—	2.959.665
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.663.859	—	—	—	—	279.936	—	1.943.795
Máquinas e equipamentos	10.122.499	—	—	4.057	(5.161)	1.455.729	—	11.577.124
Veículos	19.750	—	—	—	—	99	—	19.849
Móveis e utensílios e outros	9.320	—	—	—	—	2.024	—	11.344
Imóveis destinados a uso futuro	578	—	—	—	—	—	—	578
Imobilizado em curso (III)	3.541.393	161.256	—	—	—	(1.752.825)	49.012	1.998.836
Direito de uso de sede administrativa	12.781	—	—	—	—	—	—	12.781
Direito de uso de terreno arrendado	212.163	21.968	(8.817)	—	—	—	—	225.314
Subtotal	18.941.953	183.224	(8.817)	4.057	(5.161)	(3.201)	49.012	19.161.067
Depreciação/Amortização	(5.250.203)	(139.476)	—	—	—	8	—	(5.389.671)
Total líquido	13.691.750	43.748	(8.817)	4.057	(5.161)	(3.193)	49.012	13.771.396

(i) Valor de R\$ 3.193 refere-se à reclassificação para outros intangíveis (nota 12).

(ii) Vide nota 16.

(iii) A variação é devida, principalmente, pelas transferências em decorrência dos despachos emitidos pela ANEEL, ocorridas entre os períodos de janeiro de 2024 à março de 2024, que libera para operação comercial as unidades geradoras, pertencentes às controladas indiretas Ventos de Santa Tereza 04, Ventos de Santa Tereza 07, Ventos de Santa Tereza 08, Ventos de São Ricardo 03 e Ventos de São Ricardo 04, com capacidade instalada de 6,2 MW cada, para início de operação no primeiro dia subsequente à data de emissão.

Notas Explicativas

**c) Dos bens vinculados à concessão e autorizações**

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia, e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica ou solar sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Os ativos de suas controladas que possuem essas características, são:

	Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023
Concessão	2.309.035	2.346.554
Autorizações	11.259.052	11.153.181
Imóveis destinados a uso futuro	578	578
Total	13.568.665	13.500.313

12. INTANGÍVEL

	Consolidado				
	31/03/2024				31/12/2023
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Extensão de concessão (i)	9,10%	982.856	(274.734)	708.122	729.255
Uso do bem público (UBP) (ii)	3,70%	73.174	(55.756)	17.418	17.941
Direitos contratuais de solares e eólicas (iii)	4,85%	517.171	(94.893)	422.278	467.363
Direito de exploração de autorização (iv)	3,00%	737.889	(46.443)	691.446	720.429
Intangível gerado na combinação de negócios (v)	3,42%	19.073	(4.286)	14.787	14.948
Direitos e projetos em desenvolvimento (vi)	—	37.208	—	37.208	37.208
Software e outros intangíveis	21,06%	141.460	(64.702)	76.758	62.996
Total		2.508.831	(540.814)	1.968.017	2.050.140

- (i) Refere-se ao ativo intangível da extensão de concessão registrado em 2020, decorrente da repactuação do GSF, conforme Lei 14.052/2020 e Resolução Normativa 895/2020. O saldo é amortizado pelo método linear a partir de 1º de janeiro de 2021 até o final do prazo de concessão da AES Operações.
- (ii) O uso do bem público (UBP) compreende o direito de operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, conforme contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, o qual tem prazo de vigência de 30 anos e foi pago no período de 2000 a 2004, sendo os valores pagos registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.
- (iii) Refere-se à aquisição do direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) e ao direito de autorização de geração do Parque Solar Boa Hora e Guaimbê, além dos complexos eólicos Ventus, complexo São Ricardo, complexo Serra Verde, complexos Eólicos Mandacaru e Salinas, amortizados, pelo método linear, com base no prazo dos contratos de leilão de energia e no prazo remanescente de autorização. Estes valores foram definidos com base em modelos de avaliação de ativos, considerando as informações e condições constantes nos contratos de leilão e nos contratos de autorização de geração de energia.
- (iv) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente da aquisição de ativos dos Parques Solares Boa Hora, Guaimbê e Parques Eólicos de Santa Tereza, Complexo Eólico Tucano,

Notas Explicativas



Ventos do Araripe, Caetés e Cassino que serão amortizados com base no prazo remanescente de autorização.

- (v) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios do Complexo Eólico Alto Sertão II, que será amortizado com base no prazo remanescente de autorização.
- (vi) Corresponde ao direito e projetos em desenvolvimento decorrente da aquisição de ativos e do Projeto Eólico Cordilheira dos Ventos, que será amortizado com base no prazo de autorização, após a planta entrar em operação, que está previsto julho de 2025 e também da aquisição do Projeto Solar Arinos, ainda sem previsão de início de construção.

A movimentação do intangível é como segue:

	Consolidado								
	Extensão de concessão	Uso do Bem Público	Direitos contratuais	Direito de exploração de autorização	Intangível gerado na combinação de negócios	Direitos e projetos em desenvolvimento	Software e outros intangíveis		Total
							Em curso	Em serviço	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	729.255	17.941	467.363	720.429	14.948	37.208	39.839	23.157	2.050.140
Adições	—	—	—	—	—	—	14.119	—	14.119
Efeito de aquisições (i)	—	—	(37.740)	(20.699)	—	—	—	—	(58.439)
Amortizações	(21.133)	(523)	(7.345)	(8.284)	(161)	—	—	(3.550)	(40.996)
Transferências (ii)	—	—	—	—	—	—	(34.290)	37.483	3.193
Saldos em 31 de março de 2024	708.122	17.418	422.278	691.446	14.787	37.208	19.668	57.090	1.968.017

- (i) A variação de R\$ 37.740 é referente às apurações e retificações das obrigações acessórias descritas na nota 5, e o montante de R\$ 20.699 é proveniente de análise realizada para atendimento ao contrato de compra e venda de ações, que foram acordados e firmados entre a Companhia, a controlada direta AES Operações, e a Cubico Brasil S.A., conforme detalhado na nota 10.

- (ii) Refere-se a movimentação de transferência do imobilizado.

13. FORNECEDORES

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				
Energia elétrica comprada para revenda	—	—	73.528	67.545
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	—	—	62.332	60.435
Encargo de uso do Sistema de Distribuição para as geradoras - TUSDg	—	—	5.601	5.612
Subtotal	—	—	141.461	133.592
Materiais e Serviços	762	1.719	125.058	238.983
Materiais e Serviços - partes relacionadas	29	—	2.470	3.200
Total	762	1.719	268.989	375.775

A Companhia e suas controladas possuem contratadas 97 cartas de fiança no valor total de R\$188.442, e 9 seguros garantia no valor de R\$4.790, totalizando uma importância segurada de R\$193.232 (107 cartas de fiança no valor total de R\$194.883, e 29 seguros garantia no valor de R\$98.744, totalizando uma importância segurada de R\$293.627 em 31 de dezembro de 2023), com custo de 0,22% a 1,10% a.a. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica, principalmente no MRE e mercado de curto prazo (SPOT).

Notas Explicativas



14. TRIBUTOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				
Imposto de renda e contribuição social a pagar (ii)				
Imposto de renda	—	—	13.983	10.377
Contribuição social	—	—	6.872	7.223
Total	—	—	20.855	17.600
Outros tributos a pagar				
INSS	673	150	6.489	6.077
PIS e Cofins	—	159	18.261	17.406
ICMS (i)	—	—	16.029	22.431
IRRF	1.635	2.641	2.084	4.221
CIDE	—	—	4.664	3.900
ISS	—	—	769	1.736
Outros	8	49	4.293	4.646
Total	2.316	2.999	52.589	60.417

(i) A partir de março de 2022, iniciou a tributação do ICMS com a alíquota de 18% sobre o faturamento de energia das empresas geradoras ou comercializadoras de energia, localizadas no estado de São Paulo. Essa tributação foi autorizada pelo decreto 66.373/2021 e portaria CAT 14/2022.

(ii) As controladas Tucano Holding I e II, Veleiros, Santa Tereza, Santa Tereza (06, 07, 09 e 11), Serra Verde (I, II, III, IV, VI e VII), São Ricardo, São Ricardo (1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 12 e 13), Potengi, Tucano F5, AES Comercializadora, AES GF1 Holdings, AES GF2 Holdings, AES Arinos Solar Holdings, AES Arinos Solar (I a VIII), Cajuína AB1, AB2 e AB3, Cordilheira dos Ventos, Ventos de São Tomé Holding S.A., Ventos de São Tito Holding S.A. e AES New Energy são tributadas pelo regime de lucro real. No que se refere à forma de pagamento de imposto de renda e contribuição social, a controlada direta AES Operações levantou balancete de suspensão no período assim como as empresas Santa Tereza 07, São Ricardo 9 e AES Comercializadora e as empresas Tucano F5, AES GF2 Holdings, e AES New Energy levantaram balancete de redução.

Por sua vez, as controladas indiretas, Ventus Holding, Guaimbê Holding, Nova Energia e AES Tietê Eólica se utilizaram da apuração com base no balancete de redução e recolheram antecipações, as demais controladas indiretas AES Tietê Integra, MS Participações, Santos e REB apuraram prejuízo fiscal.

Com exceção das empresas mencionadas acima, a apuração do imposto de renda e da contribuição social das demais empresas dos Complexos Ouroeste, Complexo Tucano, Alto Sertão II, Complexo Guaimbê, Complexo Ventus, Complexos Salinas e Mandacaru, Santa Tereza 01 a 05, 08, 10, 12 a 14, Serra Verde V, São Ricardo (3, 4, 10 e 11), Complexo Cassino, Complexo Araripe e Complexo Caetés são realizadas com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Notas Explicativas



15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

15.1 Os saldos de debêntures, não conversíveis, empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Controladora				
31/03/2024				
Circulante				
Principal	Encargos	Custos de transação	Total	
MOEDA NACIONAL				
Debêntures				
Debêntures - 1ª Emissão	1.066.124	6.992	(2.716)	1.070.400
Subtotal	1.066.124	6.992	(2.716)	1.070.400
MOEDA ESTRANGEIRA				
Scotiabank 4131 (1ª série)	192.867	3.472	(424)	195.915
Scotiabank 4131 (2ª série)	373.920	3.899	(275)	377.544
Scotiabank 4131 (3ª série)	181.053	1.888	(275)	182.666
Subtotal	747.840	9.259	(974)	756.125
Total da dívida	1.813.964	16.251	(3.690)	1.826.525

Controladora								
31/12/2023								
Circulante				Não circulante			Total circulante + não circulante	
Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
MOEDA NACIONAL								
Debêntures								
Debêntures - 1ª Emissão	—	45.187	(2.777)	42.410	1.066.124	(591)	1.065.533	1.107.943
Subtotal	—	45.187	(2.777)	42.410	1.066.124	(591)	1.065.533	1.107.943
MOEDA ESTRANGEIRA								
Scotiabank 4131 (1ª série)	187.214	944	(569)	187.589	—	—	—	187.589
Scotiabank 4131 (2ª série)	—	9.290	(334)	8.956	362.518	(18)	362.500	371.456
Scotiabank 4131 (3ª série)	—	4.550	(334)	4.216	175.473	(18)	175.455	179.671
Subtotal	187.214	14.784	(1.237)	200.761	537.991	(36)	537.955	738.716
Total da dívida	187.214	59.971	(4.014)	243.171	1.604.115	(627)	1.603.488	1.846.659

Notas Explicativas



	Consolidado								
	31/03/2024								
	Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	
MOEDA NACIONAL									
Debêntures									
1ª Emissão - Tucano Holding II	32.183	4.748	(990)	35.941	364.208	—	(12.137)	352.071	388.012
1ª Emissão - Veleiros	299.109	3.178	—	302.287	—	—	—	—	302.287
2ª Emissão - Veleiros (1ª série)	4.664	1.831	(129)	6.366	76.975	—	(2.922)	74.053	80.419
2ª Emissão - Veleiros (2ª série)	15.755	1.733	(172)	17.316	65.883	—	(2.871)	63.012	80.328
1ª Emissão - Cajúna AB1	24.916	20.732	(2.159)	43.489	1.057.037	—	(50.034)	1.007.003	1.050.492
6ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	226.532	6.706	(85)	233.153	—	—	—	—	233.153
8ª Emissão - AES Operações	23.363	4.306	(1.261)	26.408	178.405	—	(4.235)	174.170	200.578
9ª Emissão (1ª Série) - AES Operações	—	5.588	(516)	5.072	1.380.000	—	(804)	1.379.196	1.384.268
9ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	—	1.399	(3.711)	(2.312)	849.595	—	(13.488)	836.107	833.795
9ª Emissão (3ª Série) - AES Operações	—	390	(1.041)	(651)	237.098	—	(3.785)	233.313	232.662
10ª Emissão - AES Operações	—	27.107	(617)	26.490	750.000	—	(2.182)	747.818	774.308
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	8.072	348	(254)	8.166	8.869	—	(190)	8.679	16.845
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	18.980	666	(242)	19.404	12.459	—	(15)	12.444	31.848
1ª Emissão AES Brasil Energia	1.066.124	6.992	(2.716)	1.070.400	—	—	—	—	1.070.400
Complexo Eólico Araripe	16.169	2.435	(869)	17.735	81.829	—	(2.824)	79.005	96.740
Complexo Eólico Caetés	14.232	2.326	(519)	16.039	83.262	—	(1.427)	81.835	97.874
1ª Emissão - Potengi Holdings	4.414	3.357	(981)	6.790	298.933	—	(16.424)	282.509	289.299
Subtotal	1.754.513	93.842	(16.262)	1.832.093	5.444.553	—	(113.338)	5.331.215	7.163.308
Empréstimos e financiamentos									
BNDES - Complexo Ventus	27.099	553	(70)	27.582	124.202	—	(321)	123.881	151.463
BNB - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	12.225	1.133	(1.553)	11.805	119.977	—	(9.420)	110.557	122.362
Nota comercial - Potengi	535.383	8.878	—	544.261	—	—	—	—	544.261
BNDES - Complexo Eólico Cassino	16.364	419	(817)	15.966	103.636	—	(5.172)	98.464	114.430
BNDES - Complexo Eólico Araripe	42.114	1.362	(3.205)	40.271	412.230	—	(22.705)	389.525	429.796
BNDES - Complexo Eólico Caetés	40.556	1.312	(2.815)	39.053	396.965	—	(19.939)	377.026	416.079
BNDES - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	21.328	483	(1.429)	20.382	115.890	—	(7.621)	108.269	128.651
BNB - Complexo Eólico Tucano (Anglo)	17.088	3.559	(171)	20.476	341.157	30.609	(2.656)	369.110	389.586
Outros	32.496	—	—	32.496	10.262	—	—	10.262	42.758
Subtotal	744.653	17.699	(10.060)	752.292	1.624.319	30.609	(67.834)	1.587.094	2.339.386
MOEDA ESTRANGEIRA									
Scotiabank 4131 (2020) AES Operações	289.468	—	—	289.468	289.468	—	—	289.468	578.936
Scotiabank 4131 (2021) AES Operações	516.642	—	—	516.642	172.214	—	—	172.214	688.856
Scotiabank 4131 (1ª série) AES Energia	192.867	3.472	(424)	195.915	—	—	—	—	195.915
Scotiabank 4131 (2ª série) AES Energia	373.920	3.899	(275)	377.544	—	—	—	—	377.544
Scotiabank 4131 (3ª série) AES Energia	181.053	1.888	(275)	182.666	—	—	—	—	182.666
Subtotal	1.553.950	9.259	(974)	1.562.235	461.682	—	—	461.682	2.023.917
Total da dívida	4.053.116	120.800	(27.296)	4.146.620	7.530.554	30.609	(181.172)	7.379.991	11.526.611

Notas Explicativas



	Consolidado								
	31/12/2023								
	Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	
MOEDA NACIONAL									
Debêntures									
1ª Emissão - Tucano Holding II	20.818	47.421	(1.011)	67.228	320.661	—	(12.374)	308.287	375.515
1ª Emissão - Veleiros	292.005	1.453	—	293.458	—	—	—	—	293.458
2ª Emissão - Veleiros (1ª série)	4.667	406	(225)	4.848	75.540	—	(1.352)	74.188	79.036
2ª Emissão - Veleiros (2ª série)	15.515	385	(245)	15.655	64.692	—	(1.335)	63.357	79.012
1ª Emissão - Cajuína AB1	23.552	2.600	(2.143)	24.009	1.040.470	—	(50.572)	989.898	1.013.907
6ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	221.950	2.968	(593)	224.325	—	—	—	—	224.325
8ª Emissão - AES Operações	22.976	1.386	(1.275)	23.087	175.450	—	(4.533)	170.917	194.004
9ª Emissão (1ª Série) - AES Operações	—	49.993	(505)	49.488	1.380.000	—	(934)	1.379.066	1.428.554
9ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	—	10.913	(3.592)	7.321	835.513	—	(14.437)	821.076	828.397
9ª Emissão (3ª Série) - AES Operações	—	8.592	(1.008)	7.584	233.168	—	(4.050)	229.118	236.702
10ª Emissão - AES Operações	—	4.507	(595)	3.912	750.000	—	(2.344)	747.656	751.568
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	7.689	43	(254)	7.478	8.971	—	(254)	8.717	16.195
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	18.086	84	(242)	17.928	12.833	—	(74)	12.759	30.687
1ª Emissão AES Brasil Energia	—	45.187	(2.777)	42.410	1.066.124	—	(591)	1.065.533	1.107.943
Complexo Eólico Araripe	15.399	305	(869)	14.835	80.974	—	(3.042)	77.932	92.767
Complexo Eólico Caetés	13.557	291	(519)	13.329	82.321	—	(1.557)	80.764	94.093
Subtotal	656.214	176.534	(15.853)	816.895	6.126.717	—	(97.449)	6.029.268	6.846.163
Empréstimos e Financiamentos									
BNDES - Complexo Ventus	27.007	576	(70)	27.513	130.532	—	(338)	130.194	157.707
BNB - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	12.114	1.751	(1.553)	12.312	118.640	—	(9.808)	108.832	121.144
Nota comercial - Potengi	700.000	108.795	(3.000)	805.795	—	—	—	—	805.795
BNDES - Complexo Eólico Cassino	16.072	433	(817)	15.688	107.862	—	(5.377)	102.485	118.173
BNDES - Complexo Eólico Araripe	40.408	1.491	(3.205)	38.694	423.383	—	(23.507)	399.876	438.570
BNDES - Complexo Eólico Caetés	38.914	1.436	(2.815)	37.535	407.704	—	(20.642)	387.062	424.597
BNDES - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	21.302	501	(1.429)	20.374	121.069	—	(7.978)	113.091	133.465
BNB - Complexo Eólico Tucano (Anglo)	17.239	1.734	(171)	18.802	345.379	31.941	(2.698)	374.622	393.424
Outros	29.662	—	—	29.662	16.685	—	—	16.685	46.347
Subtotal	902.718	116.717	(13.060)	1.006.375	1.671.254	31.941	(70.348)	1.632.847	2.639.222
MOEDA ESTRANGEIRA									
Scotiabank 4131 (2020) AES Operações	281.089	27	—	281.116	281.088	—	—	281.088	562.204
Scotiabank 4131 (2021) AES Operações	—	3.597	—	3.597	668.225	—	—	668.225	671.822
Scotiabank 4131 (1ª série) AES Energia	187.214	944	(569)	187.589	—	—	—	—	187.589
Scotiabank 4131 (2ª série) AES Energia	—	9.290	(334)	8.956	362.518	—	(18)	362.500	371.456
Scotiabank 4131 (3ª série) AES Energia	—	4.550	(334)	4.216	175.473	—	(18)	175.455	179.671
Subtotal	468.303	18.408	(1.237)	485.474	1.487.304	—	(36)	1.487.268	1.972.742
Total da dívida	2.027.235	311.659	(30.150)	2.308.744	9.285.275	31.941	(167.833)	9.149.383	11.458.127

Para o empréstimo em moeda estrangeira, o saldo contábil atualizado considera o principal, juros e custos da transação. Para esta dívida, existe swap, demonstrado na nota explicativa nº 30.1.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do período pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

Notas Explicativas



15.2 Movimentação das debêntures, empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora			Consolidado			
	Debêntures	Moeda estrangeira	Total	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.107.943	738.716	1.846.659	6.846.163	2.639.222	1.972.742	11.458.127
Ingressos	—	—	—	300.000	—	—	300.000
Encargos financeiros	34.984	9.782	44.766	158.709	46.556	15.188	220.453
Variação cambial	—	22.078	22.078	—	—	58.986	58.986
Variação monetária	—	—	—	60.533	13.791	—	74.324
Pagamento de principal	—	—	—	—	(210.428)	—	(210.428)
Pagamento de encargos financeiros	(73.179)	(14.751)	(87.930)	(188.679)	(153.734)	(23.299)	(365.712)
Diferimento dos custos de transação	—	—	—	(17.595)	1.128	—	(16.467)
Amortização dos custos de transação	652	300	952	4.177	2.851	300	7.328
Saldos em 31 de março de 2024	1.070.400	756.125	1.826.525	7.163.308	2.339.386	2.023.917	11.526.611

15.3 Características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos emitidos em 2024 estão descritas a seguir:

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante	Vencimento	Covenants	Finalidade
Potengi Holdings S.A.	1ª Emissão - Debêntures	300.000	19/1/2024	IPCA + 7,37%	Semestral	Semestral	289.299	Dezembro de 2041	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: ≥1,1x	Financiamento do parque Eólico Cajuína.

Para o período findo em 31 de março de 2024, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

15.4 Composição de moeda e indexadores do principal e encargos:

	Controladora e Consolidado		Controladora				Consolidado			
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024		31/12/2023		31/03/2024		31/12/2023	
	Indexador		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional										
CDI (índice do último dia útil do período)	10,65%	11,65%	1.073.116	58,63	1.111.311	60,03	4.082.359	34,79	4.398.064	37,73
IPCA (índice acumulado dos últimos 12 meses)	3,93%	4,62%	—	—	—	—	4.189.981	35,70	3.812.836	32,71
TJLP (índice do último dia útil do período)	6,53%	6,55%	—	—	—	—	1.304.513	11,12	1.338.690	11,48
Pré-fixado	2,55%	2,55%	—	—	—	—	133.335	1,14	132.505	1,14
Moeda estrangeira										
Dólar (taxa do último dia útil do período) (i)	4,9962	4,8413	757.099	41,37	739.989	39,97	2.024.891	17,25	1.974.015	16,94
Total			1.830.215	100,00	1.851.300	100,00	11.735.079	100,00	11.656.110	100,00

(i) Empréstimos em moeda estrangeira (Dólar) com swap para CDI.

Notas Explicativas


15.5 Parcelas relativas ao principal das debêntures, empréstimos e financiamentos e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Consolidado					Total
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Encargos	Custos de transação	
2025	124.659	151.178	418.629	1.630	(17.997)	678.099
2026	808.733	191.102	43.054	1.597	(23.982)	1.020.504
2027	1.935.820	200.394	—	1.634	(22.536)	2.115.312
2028	470.299	210.486	—	1.702	(18.747)	663.740
2029	463.478	219.761	—	1.790	(15.952)	669.077
2030 em diante	1.641.564	651.398	—	22.256	(81.958)	2.233.260
	5.444.553	1.624.319	461.682	30.609	(181.172)	7.379.991

16. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.143	220.110
Ingressos	—	21.968
Remensuração (i)	—	(7.494)
Encargos financeiros	31	5.749
Pagamento de encargos financeiros	(31)	(5.749)
Pagamento de principal	(370)	(2.997)
Saldo em 31 de março de 2024	773	231.587
Circulante	773	7.558
Não circulante	—	224.029

(i) O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso.

Notas Explicativas



Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento são como segue:

	Controladora	Consolidado
CIRCULANTE		
2024	773	4.879
2025	—	2.679
Subtotal	773	7.558
NÃO CIRCULANTE		
2025	—	2.315
2026	—	5.071
2027	—	5.884
2028	—	5.099
2029	—	5.159
Após 2029	—	200.501
Subtotal	—	224.029
Total	773	231.587

17 OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

17.1 Ativos e passivos atuariais

		Consolidado	
	Nota	31/03/2024	31/12/2023
Valor presente das obrigações atuariais		593.667	594.471
Valor justo dos ativos do plano		(500.722)	(500.722)
Subtotal passivo registrado com previdência privada	29	92.945	93.749
Valor presente das obrigações atuariais		10.714	10.258
Subtotal passivo registrado com programa de incentivo à aposentadoria		10.714	10.258
Total das obrigações com benefícios pós-emprego		103.659	104.007

17.2 Despesas reconhecidas no resultado do período

		Consolidado	
	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Juros sobre a obrigação atuarial		13.500	14.836
Rendimento esperado sobre os ativos do plano		(11.408)	(12.326)
Subtotal das despesas benefício definido	29	2.092	2.510
Contribuição definida		1.113	1.277
Total da despesa com entidade de previdência privada		3.205	3.787
Custo dos serviços correntes		232	175
Juros sobre a obrigação atuarial		224	204
Total das despesas programa de incentivo à aposentadoria		456	379
Total das despesas com benefícios pós-emprego		3.661	4.166

Notas Explicativas



17.3 Movimentações do passivo registrado

	Nota	Consolidado	
		31/03/2024	31/12/2023
Saldo no início do período		104.007	110.690
Despesa do período com previdência privada	29	2.092	11.557
Despesa do período com Programa de Incentivo à Aposentadoria (PIA)		456	—
Ajuste de avaliação atuarial (remensurações)		—	(10.199)
Pagamentos de contribuições		(2.896)	(8.041)
Saldo no final do período		103.659	104.007

18. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

18.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos cauções e depósitos vinculados estão compostos da seguinte forma:

	Consolidado			
	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Trabalhista (a)	4.673	4.010	2.775	2.668
Meio ambiente (b)	2.472	2.472	—	—
Regulatório (c)	57.037	56.874	—	—
Fiscal (d)				
Compensações IRPJ e CSLL (d.1)	6.690	6.637	—	—
PIS/Cofins sobre receitas financeiras (d.2)	4.493	4.313	3.136	2.985
Total	75.365	74.306	5.911	5.653
Circulante	10.059	9.324		
Não Circulante	65.306	64.982		
Total	75.365	74.306		

As cauções e depósitos vinculados totalizam R\$ 10.467 em 31 de março de 2024 (R\$ 10.093 em 31 de dezembro de 2023), e estão demonstrados a seguir de acordo com a classificação de probabilidade de perda dos processos aos quais estão vinculados:

	Consolidado							
	31/03/2024				31/12/2023			
	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total
Trabalhista	2.775	250	152	3.177	2.668	138	148	2.954
Fiscal	3.136	—	—	3.136	2.985	—	—	2.985
Cível	—	367	—	367	—	367	—	367
Imobiliárias	—	3.787	—	3.787	—	3.787	—	3.787
	5.911	4.404	152	10.467	5.653	4.292	148	10.093

A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como segue:

Notas Explicativas



Saldos em 31 de dezembro de 2023

Provisão

Atualização monetária (nota 28)

Saldos em 31 de março de 2024

Consolidado				
Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Total
4.010	2.472	56.874	10.950	74.306
570	—	—	73	643
93	—	163	160	416
4.673	2.472	57.037	11.183	75.365

(a) Trabalhistas: Existem 111 processos (102 em 31 de dezembro de 2023) de ações de empregados e ex-empregados próprios e terceirizados pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. São considerados como perda provável 15 processos (14 em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de março de 2024, o valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia de R\$4.673 (R\$4.010 em 31 de dezembro de 2023).

A Administração da controlada direta AES Operações, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os processos serão finalizados entre 2025 e 2026.

(b) Meio ambiente: Existem 89 processos (89 em 31 de dezembro de 2023) de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a controlada direta AES Operações no polo passivo. Os consultores jurídicos e a Administração da controlada direta AES Operações avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 77 demandas (77 em 31 de dezembro de 2023), já que as demais ações tiveram julgamentos favoráveis à controlada direta AES Operações e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$2.472 (R\$ 2.472 em 31 de dezembro de 2023).

A Administração da controlada direta AES Operações, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão finalizados entre 2025 e 2026.

(c) Regulatório: Em 16 de maio de 2002, a ANEEL publicou o Despacho ANEEL nº 288, que introduziu alterações em certas regras de comercialização do então existente Mercado Atacadista de Energia - MAE, e por isso, determinou o refazimento dos números obtidos pelo MAE na data de 13 de março de 2002, os quais reconheciam a controlada direta AES Operações como devedora no mercado de curto prazo. Aplicando-se as diretrizes de tal Despacho, a controlada direta AES Operações teria sua posição alterada no mercado, passando de devedora a credora. Todavia, a RGE Sul (anteriormente AES Sul), principal agente do mercado alcançado pelos efeitos das alterações instituídas pelo Despacho ANEEL nº 288 (pois passou de credora a devedora do mercado), ingressou com ação judicial buscando a anulação do referido despacho, bem como decisão de tutela antecipada para fazer valer as regras do mercado sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288. A tutela antecipada foi deferida à RGE Sul. Assim, a CCEE (sucessora do MAE) elaborou nova liquidação, agora sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288, mediante a qual a controlada direta AES Operações restou devedora do mercado. Em 29 de junho de 2012, a ação da RGE Sul foi julgada improcedente em 1ª instância. Em decorrência, a RGE Sul interpôs o recurso de apelação. Em 27 de março de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que julgou procedente a ação, determinando a anulação do Despacho ANEEL nº 288. Em face desta decisão, foram apresentados recursos pelos demais agentes do mercado e pela ANEEL. Ainda, a controlada direta AES Operações apresentou embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada nova decisão de 2ª. instância negando os recursos de embargos de declaração opostos pela controlada direta AES Operações, demais agentes de mercado e ANEEL contra a decisão favorável de mérito à RGE Sul. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1ª Região as partes requeridas apresentaram recurso de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Os recursos aguardam julgamento. O montante provisionado atualizado pelo IGPM até 31 de março de 2024 corresponde a R\$57.037 (R\$56.874 em 31 de dezembro de 2023).

Notas Explicativas



A Administração da controlada direta AES Operações, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2025.

(d) Fiscal:

(d.1) Compensações IRPJ e CSLL: Em 02 de dezembro de 2008, a controlada direta AES Operações foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. Os consultores jurídicos e a Administração da controlada direta AES Operações avaliaram que de um total de R\$93.022, (R\$92.248 em 31 de dezembro de 2023) envolvidos na discussão, R\$6.690 (R\$6.637 em 31 de dezembro de 2023) são considerados como de perda provável, sendo o restante considerado como perda possível. A Administração da controlada direta AES Operações, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos durante o ano de 2026. O detalhamento da redução do total do débito envolvido está descrito nos itens d.1 (i) e (ii) das causas possíveis

(d.2) Mandado de Segurança ajuizado para assegurar que a controlada direta AES Operações não seja compelida ao recolhimento, no período de 2.1.2023 a 2.4.2023 (inclusive), PIS e COFINS, às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, de modo a se submeterem, neste período, às alíquotas de 0,33% e 2%, tal como previsto no Decreto nº 11.322/2022, em razão do respeito à anterioridade nonagesimal do art. 195, § 6º da CF/88. Em 10 de fevereiro de 2023, foi proferida decisão deferindo a liminar. Em 04 de setembro de 2023, foi proferida decisão de primeira instância que julgou improcedente o pedido diante do ADC84 do STF, que, em sede de medida cautelar, definiu que não se aplicaria o princípio da anterioridade nonagesimal. Interposto recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. Destaque-se que a empresa realizou os depósitos judiciais relativos a diferenças de alíquotas discutidas neste caso, no valor de R\$ 3.136.

18.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A controlada direta AES Operações e suas subsidiárias estão envolvidas em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da controlada direta AES Operações e suas controladas. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023
Meio ambiente (a)	Não determinado	Não determinado
Cível (b)	107.359	106.391
Regulatório (c)	48.711	46.677
Fiscal (d)	1.516.134	1.506.809
Total	1.672.204	1.659.877

A seguir, a Companhia apresenta as principais contingências passivas, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$5.000 e relevância do tema.

(a) Meio ambiente - Recomposição de danos ambientais: Referem-se a 3 ações civis públicas relacionadas à suspensão do processo de licenciamento ambiental da controlada direta AES Operações, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação dos reservatórios de (a.1) Bariri, (a.2) Barra Bonita e (a.3) Nova Avanhandava, e possuem valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro. Abaixo, segue detalhamento das referidas ações.

(a.1) Em janeiro de 2007, foi deferida liminar para determinar que a controlada direta AES Operações se abstenha de conceder, a título oneroso ou gratuito, o uso das faixas de terras inseridas em área de preservação permanente. Em agosto de 2007, as partes acordaram pela suspensão do

Notas Explicativas



processo, para que a controlada direta AES Operações apresente PACUERA (Plano Ambiental de Conservação de Uso do Entorno do Reservatório Artificial). Em agosto de 2008, a controlada direta AES Operações informou quanto a necessidade da CETESB apresentar diretrizes (Termo de Referência) para o respectivo PACUERA, tendo sido proferida decisão para suspender o processo até que a CETESB apresente as referidas diretrizes.

- (a.2) Com relação à ação do Reservatório de Barra Bonita, houve decisão em 1ª instância em 13 de junho de 2016, na qual a controlada direta AES Operações foi condenada a recompor os danos ambientais (recuperação de mata ciliar) com base na metragem da legislação ambiental à época do empreendimento (Antigo Código Florestal). Os demais pedidos foram julgados improcedentes (estudo de impacto ambiental, unidade de conservação e indenização). Em 14 de julho de 2016, a controlada direta AES Operações apresentou recurso contra a aplicação do Antigo Código Florestal, visto que os assessores legais da controlada direta AES Operações avaliam como altas as chances de os Tribunais reformarem a decisão para aplicarem a metragem do Novo Código Florestal, de acordo com o plano de reflorestamento apresentado na CETESB pela controlada direta AES Operações. O processo foi então remetido ao Tribunal de Justiça. Em agosto de 2019, foi proferida decisão de 2ª instância parcialmente favorável, reconhecendo a necessidade de aplicação do Novo Código Florestal para delimitação da APP do entorno do reservatório para fins de recomposição ambiental, ficando mantida a condenação para recomposição de mata ciliar na área de APP. Em face da parcela desfavorável da decisão, a controlada direta AES Operações interpôs recursos, os quais encontram-se pendentes de decisão definitiva. Além disso, existe um projeto em andamento junto a área ambiental para assegurar que 100% do reflorestamento tenha sido cumprido até o trânsito em julgado da decisão.
- (a.3) Com relação à ação do Reservatório de Nova Avanhandava, após decisão que julgou improcedente a ação em 1ª instância, em outubro de 2009, o Tribunal decidiu por anular a decisão de 1ª instância, determinando a realização de perícia, a fim de verificar se houve dano/impacto ambiental que não estivesse compensado pelo licenciamento ambiental. Após as apresentações dos recursos cabíveis, em julho de 2017, a referida decisão transitou em julgado, razão pela qual o processo retornou para a 1ª instância para a realização de perícia.

Além disso, a controlada direta AES Operações possui 1 ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público contra o Estado de São Paulo, CETESB e a controlada direta AES Operações, com o objetivo de impedir a proliferação de Algas Cianofíceas no Rio Tietê. Da controlada direta AES Operações, o Ministério Público requer: (a) plano de contingência para o controle e redução das algas nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita sempre que atingirem níveis que coloquem em risco a saúde humana; (b) monitoramento do Rio Tietê com coletas mensais, informando os resultados à CETESB; (c) reflorestamento de toda a margem dos reservatórios que opera, localizados no Rio Tietê; e (d) pagamento de indenização pelos danos eventualmente considerados irreversíveis causados ao meio ambiente, a serem apurados em liquidação de sentença. Em 03 de setembro de 2018, foi concedida liminar aos pedidos do Ministério Público, a qual determina à controlada direta AES Operações: (i) Estabelecer, em conjunto com o Estado e a CETESB, plano de contingência para o controle e redução das cianobactérias nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita; (ii) Iniciar monitoramento do Rio Tietê, com coletas mensais, devendo informar os resultados à CETESB com a mesma periodicidade e ainda disponibilizar os dados obtidos nesse monitoramento em seu site na internet; e (iii) Apresentar, no prazo máximo de 6 meses, projeto de reflorestamento de toda a mata ciliar dos reservatórios que opera ao longo do Rio Tietê. A controlada direta AES Operações recorreu da decisão liminar, buscando suspender seus efeitos, e em 24 de outubro de 2018, foi publicada decisão favorável à controlada direta AES Operações no tribunal, suspendendo os efeitos da Liminar. Em março de 2019, foi proferida decisão que deu provimento ao recurso apresentado pela controlada direta AES Operações e, consequentemente, revogou a liminar que determinava uma série de obrigações para a mesma. Em agosto de 2023, foi proferida sentença julgando procedente a ação, ficando a controlada direta AES Operações condenada a (i) apresentar e implementar projeto de reflorestamento da mata ciliar do reservatório; (ii) realizar o monitoramento da qualidade da água do reservatório; e (iii) estabelecer, junto com o órgão ambiental CETESB, plano de contingência para controle e redução das cianobactérias no reservatório. A controlada AES Operações apresentou embargos de declaração, que foram negados. Em face desta decisão, a controlada AES Operações interpôs o recurso de apelação, o qual foi recebido no efeito suspensivo e, portanto, suspendeu as

Notas Explicativas



obrigações determinadas na decisão de primeira instância. No momento, aguarda-se julgamento do recurso de apelação.

(b) Cível:

- (b.1) Em 13 de março de 2013, foi movida ação judicial contra a controlada direta AES Operações, visando a cobrança de valores supostamente devidos em razão da rescisão de contratos de reflorestamento celebrados entre a Dicrel - Dois Irmãos Comercio e Reflorestamento Ltda e a controlada direta AES Operações, na medida que a Autora entende não ter incorrido nas hipóteses de rescisão unilateral dos contratos e, portanto, ser credora de valores residuais.

Em abril de 2013, a controlada direta AES Operações apresentou contestação. Em virtude de tratar-se de matéria de prova, o juiz de 1ª instância determinou a realização de perícias (ambiental e contábil), com o fim de identificar a veracidade dos fatos alegados na inicial. Atualmente, o processo encontra-se em fase de instrução, aguardando a conclusão de perícia ambiental. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada direta AES Operações terá que desembolsar o valor estimado de aproximadamente R\$ 14.607, atualizado até 31 de março de 2024 (R\$14.146 em 31 de dezembro de 2023).

- (b.2) Processo ANEEL: Refere-se ação judicial proposta pelas SPE's do Complexo Eólico Ventus, visando a anulação dos efeitos do Despacho da ANEEL nº 1.388/2014, especificamente em relação ao trecho que estipula, em caráter retroativo, o início da operação comercial e do período de suprimento das Sociedades. Esta alteração retroativa acarretou na recontabilização da energia faturada pelas empresas, entre fevereiro e maio de 2014, no âmbito do respectivo CER, resultando em um saldo no valor de R\$ 79.615, atualizado até 31 de março de 2024 (R\$79.615 em 31 de dezembro de 2023), em favor da CCEE, que equivale à diferença entre o valor da energia previsto no CERs e o valor da energia no PLD à época. Inicialmente foi deferida liminar para suspender os efeitos do despacho em questão. Posteriormente, foi proferida sentença de primeira instância desfavorável aos interesses das SPE's do Complexo Eólico Ventus. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação e requerido o efeito suspensivo ao referido recurso. Foi concedido efeito suspensivo ativo para suspender a parte do referido despacho quanto ao efeito retroativo do início da operação comercial e do período de suprimento das Sociedades. Atualmente, aguarda-se julgamento da apelação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a responsabilidade pelo pagamento da condenação será da J. Malucelli Energia S.A, conforme estabelecido no contrato de compra e venda.

(c) Regulatório:

- (c.1) Perda no repasse de energia de Itaipu: Trata-se de discussão sobre a obrigatoriedade da controlada direta AES Operações de adquirir a energia de Itaipu na qualidade de quotista cogente. Em 17 de agosto de 2007, foi proferida sentença de procedência dos pedidos formulados pela controlada direta AES Operações. Em 17 de outubro de 2007, foi interposta apelação pela Eletrobras e, em 26 de novembro de 2007, foi interposta apelação pela ANEEL. Atualmente a controlada direta AES Operações aguarda julgamento dos recursos de apelação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Em 31 de março de 2024, o montante em discussão totaliza a importância de R\$ 48.711 (R\$46.677 em 31 de dezembro de 2023).

(d) Fiscal:

- (d.1) Compensações de IRPJ e CSLL: Referem-se às intimações da Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas de IRPJ e CSLL, conforme mencionado no item (d.1) da nota explicativa nº 18.1 sendo estimado como perda possível R\$ 86.332 de um total de R\$ 93.022 (R\$ 85.611 de um total de R\$ 92.248 em 31 de dezembro de 2023), conforme abaixo:

- i. Compensação administrativa relativa a débitos de CSLL do ano calendário 2003, no montante total de R\$24.928 atualizado até 31 de março de 2024 (R\$ 24.729 em 31 de dezembro de 2023). Em 19 de abril de 2017, a controlada direta AES Operações foi intimada de decisão de 2ª instância administrativa desfavorável aos seus interesses. Em 27 de abril de 2017, a controlada direta AES Operações interpôs recurso especial, ao qual foi dado parcial provimento para determinar o retorno dos autos à origem para que seja

Notas Explicativas

proferido despacho complementar acerca do saldo negativo de CSLL apurado em 2002. Tal despacho, de maio de 2023, reconheceu a parcela de crédito de saldo negativo e resultou em cancelamento parcial do débito. Assim, do montante total cobrado pelo Fisco (R\$47.201), a importância de R\$22.861 foi definitivamente cancelada. Em face da parcela desfavorável, em abril de 2023, foi apresentado nova manifestação de inconformidade, a qual foi julgada parcialmente procedente. Em face desta decisão, a controlada direta AES Operações interpôs Recurso Voluntário, o qual encontra-se pendente de julgamento. Com base na opinião dos assessores jurídicos, estima o processo será concluído durante o ano de 2025.

- ii. Compensação administrativa relativa a débitos de IRPJ do ano calendário 2003, no montante total de R\$25.480 atualizado até 31 de março de 2024 (R\$25.266 em 31 de dezembro de 2023). Em dezembro de 2021, foi proferida decisão parcialmente favorável em segunda instância administrativa. Em face desta decisão, ambas as partes interpuseram recurso especial. Em junho de 2023, tornou-se definitiva a parcela da decisão que reduziu parcialmente o débito em questão. Assim, do montante total cobrado pelo Fisco (R\$54.450), a importância de R\$ 26.244 foi definitivamente cancelada. Encontra-se pendente de julgamento o recurso especial interposto pela controlada direta AES Operações. Com base na opinião dos assessores jurídicos, estima o processo será concluído durante o ano de 2024.
 - iii. Compensação administrativa relativa a débitos de IRPJ do ano calendário 2004, no montante total de R\$30.113 atualizado até 31 de março de 2024 (R\$ 29.865 em 31 de dezembro de 2023). Aguarda-se julgamento em segunda instância administrativa. Com base na opinião dos assessores jurídicos, estima o processo será concluído durante o ano de 2025.
 - iv. Compensação administrativa relativa a débitos de CSLL e IRPJ do ano calendário 2005, no montante total de R\$12.501 atualizado até 31 de março de 2024 (R\$ 12.388 em 31 de dezembro de 2023). Aguarda-se julgamento em segunda instância administrativa. Com base na opinião dos assessores jurídicos, estima o processo será concluído durante o ano de 2025.
- (d.2) Auto de infração – ágio (2006 a 2008): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 185.368 atualizado até 31 de março de 2024 (R\$183.222 em 31 de dezembro de 2023). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda e Tietê Participações Ltda. Vale esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da AES Operações de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Em maio de 2013, houve decisão de 1ª instância favorável à controlada direta AES Operações. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável aos interesses da controlada direta AES Operações. Segundo o entendimento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), o aproveitamento do ágio foi considerado ilegítimo e reduzida apenas a multa aplicada no Auto de Infração de 150% para 75%. Em agosto de 2016, a controlada direta AES Operações recebeu intimação relativa à decisão desfavorável proferida pelo CARF. Em virtude de omissões quanto a fundamentação legal da decisão, a controlada direta AES Operações opôs embargos de declaração. Em novembro de 2016, a controlada direta AES Operações recebeu decisão desfavorável, a qual rejeitou os embargos de declaração apresentados. Em face desta decisão, foi interposto Recurso Especial. Em outubro de 2017, foi proferida decisão desfavorável aos interesses da controlada direta AES Operações pela Câmara Superior do CARF. Desta forma, encerraram-se as possibilidades de recursos na esfera administrativa. Em janeiro de 2018, a controlada direta AES Operações ingressou com medida judicial para discutir o débito em questão. Ainda, com o intuito de suspender a exigibilidade do débito, foi apresentado seguro garantia e obtida decisão liminar para garantir a suspensão do débito. Atualmente, aguarda-se o julgamento de mérito em 1ª instância. Em maio de 2018, a controlada direta AES Operações opôs embargos à execução fiscal. Em outubro de 2018, foi proferida decisão de 1ª instância que julgou os embargos à execução extintos sem a análise do mérito. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação. Em 03 de novembro de 2020, foi proferida decisão de 2ª instância que negou

Notas Explicativas

provimento ao recurso de apelação interposto pela controlada direta AES Operações em face da decisão que julgou extintos os embargos à execução fiscal sem a análise do mérito. Em decorrência a controlada direta AES Operações opôs embargos de declaração. Em fevereiro de 2021, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração opostos pela controlada direta AES Operações. Em decorrência, foram interpostos os recursos especial e extraordinário, os quais encontram-se pendentes de julgamento. Em relação ao mérito e andamento da ação anulatória, aguarda-se o julgamento em 1ª instância. Em que pese o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado.

- (d.3) Auto de Infração IRPJ – Refere-se a Auto de Infração lavrado pela Receita Federal para cobrança de IRPJ referente as estimativas mensais de dezembro de 2004 e dezembro de 2007, acrescidos de multa isolada e de ofício. Em novembro de 2009, foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável a controlada direta AES Operações, a qual cancelou a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcialmente a cobrança relativa ao ano de 2004, além de cancelar parcela da multa aplicada. Em decorrência, além do recurso de ofício (por parte da Fazenda), a controlada direta AES Operações interpôs recurso voluntário. Em abril de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de ofício e deu parcial provimento ao recurso voluntário da controlada direta AES Operações. Em face desta decisão, a controlada direta AES Operações interpôs recurso especial para discutir a parcela da decisão que manteve a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2004. Como a Fazenda apresentou recurso especial apenas em face da parcela da decisão que cancelou as multas, tornou-se definitivo o cancelamento da cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcela do imposto referente ao ano de 2004. Em abril de 2022, foi proferida decisão, que cancelou o valor de R\$1.580 do montante total discutido no Auto de Infração. Atualmente, a controlada direta AES Operações aguarda o julgamento pelo CARF do recurso especial apresentado pela Fazenda. No tocante ao recurso especial da controlada direta AES Operações, em março de 2018, foi proferida decisão que negou provimento ao recurso. Assim, em virtude do encerramento da discussão na esfera administrativa e com o intuito de continuar discutindo judicialmente a matéria, a controlada direta AES Operações apresentou seguro garantia e, atualmente, aguarda-se o julgamento dos embargos à execução fiscal, em 1ª instância. O valor atualizado do caso para 31 de março de 2024 é de R\$19.399 (R\$19.203 em 31 de dezembro de 2023).
- (d.4) Auto de infração – ágio (2013/2016): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 410.171 atualizado até 31 de março de 2024. A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela controlada direta AES Operações (ocorrida entre 2013 a 2016), em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2016. Após a análise do auto de infração, foi verificado que a parcela da autuação se refere a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia. Desta forma, do montante total cobrado no auto de infração R\$ 410.171, R\$ 117.405 seriam de responsabilidade da entidade sob controle comum Brasileira Participações, na medida em que estão relacionados a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia, e R\$ 292.766 atribuíveis à controlada direta AES Operações. Em relação à parcela de responsabilidade da Brasileira Participações, a controlada direta AES Operações notificou o BNDES e Brasileira Participações para resguardar o direito quanto a eventual indenização, na forma do contrato de indenização firmado com aquela companhia por ocasião do Projeto Baltimore. Em 03 de dezembro de 2019, a controlada direta AES Operações, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa parcialmente favorável aos interesses da controlada direta AES Operações. A decisão em questão exonerou o montante de R\$ 60.310 (atualizados até 31 de outubro de 2020). A controlada direta AES Operações interpôs recurso voluntário em face da parcela que lhe foi desfavorável, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão desfavorável à controlada direta AES Operações, a Brasileira Participações terá que arcar com o pagamento da parcela da autuação relativa ao período de sua responsabilidade (vide nota 29.2). Segundo os assessores legais da controlada direta AES Operações, o prognóstico de perda permanece classificado como possível.
- (d.5) Auto de infração – ágio (2013/2015): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 131.052 atualizado até 31 de março de 2024 (R\$128.705 em 31 de dezembro de 2023). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade

Notas Explicativas

indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela controlada direta AES Operações, ocorrida entre 2013 e 2015, em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2015. Em 03 de dezembro de 2019, a controlada direta AES Operações, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa desfavorável aos interesses da controlada direta AES Operações. Em face desta decisão, a controlada direta AES Operações interpôs recurso voluntário, o qual encontra-se pendente de julgamento.

- (d.6) Execução Fiscal – PIS/COFINS (Saldo Remanescente 2007/2010): Execução Fiscal ajuizada para a cobrança de supostos saldos remanescentes de PIS e COFINS relativos ao ano calendário de 2007 a 2010. Os referidos saldos são oriundos de processo administrativo em que a controlada direta AES Operações discutia questões relativas ao regime de tributação de PIS e COFINS, cujo prognóstico era remoto. Neste caso, o processo encerrou-se, no mérito, de forma favorável à controlada direta AES Operações e o sistema da Receita Federal apontou a existência dos referidos saldos remanescentes, em virtude da glosa de créditos supostamente aproveitados de forma indevida. Em fevereiro de 2020, a controlada direta AES Operações opôs embargos à execução fiscal, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O valor atualizado do caso para 31 de março de 2024 é de R\$10.331 (R\$10.205 em 31 de dezembro de 2023).
- (d.7) Execução Fiscal Iturama: Refere-se à execução fiscal ajuizada pela Prefeitura de Iturama, a qual objetiva a cobrança de pretensos débitos de Imposto sobre Serviços ("ISS") sobre serviços realizados na Usina Água Vermelha, localizada no Município de Ouroeste/SP e cobrança de multa diária por não obtenção de alvará de localização e funcionamento no Município de Iturama. Em agosto de 2017, a controlada direta AES Operações opôs embargos à execução fiscal. Em setembro de 2019, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses da controlada direta AES Operações. Em decorrência, a controlada direta AES Operações interpôs o recurso de apelação. Em abril de 2022, foi proferida decisão de 2ª instância que deu provimento ao recurso de apelação interposto pela controlada direta AES Operações e, consequentemente, anulou a sentença por falta de fundamentação. Tendo em vista que o Município não interpôs recurso, a decisão tornou-se definitiva. Com isso, o processo foi remetido para a primeira instância para que seja proferida nova sentença. O valor atualizado até 31 de março de 2024 é de R\$6.753 (R\$6.492 em 31 de dezembro de 2023).
- (d.8) Auto de infração – aproveitamento de prejuízo fiscal

Em 02 de junho de 2010, a Brasileira Participações recebeu o Auto de Infração, lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB), exigindo o recolhimento de R\$ 677.690 atualizado até 31 de março de 2024 (R\$ 670.335 em 31 de dezembro de 2023) relativos a IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL compensados com débitos tributários sem a aplicação do limite legal de 30% estabelecido na Lei 9.065/95, motivada pela incorporação da empresa AES Transgás Empreendimentos S.A. Em virtude do encerramento na esfera administrativa de modo desfavorável, a Brasileira Participações impetrou Mandado de Segurança com o intuito de continuar discutindo judicialmente a questão. Em 10 de novembro de 2016, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável à Brasileira Participações. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. Em 20 de maio de 2018, a Brasileira Participações foi citada nos autos da execução fiscal que visa a cobrança dos débitos em questão. Em decorrência, foi solicitada a transferência da garantia para a execução e opostos embargos à execução fiscal. Em abril de 2021, foi proferida decisão de primeira instância que rejeitou os embargos à execução, sem a análise do mérito. Em face dessa decisão a Brasileira Participações interpôs o recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão desfavorável à controlada direta AES Operações, a Brasileira Participações terá que arcar integralmente com o pagamento dos processos. Vide nota 29.2.

- (d.9) Compensações administrativas – saldos negativos de IRPJ e CSLL

Em 11 de janeiro de 2011, a Brasileira Participações foi intimada de Despacho Decisório emitido pela Receita Federal que não reconheceu os créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados no ano-calendário de 2006, em razão da incorporação da AES Tietê Empreendimentos, e

Notas Explicativas

compensados com débitos de IRPJ e CSLL. O não reconhecimento dos créditos compensados decorre do entendimento da Receita Federal de que, para os casos de aproveitamento de prejuízo fiscal, deve-se respeitar o limite legal de 30% por ano-calendário. O principal argumento sustentado pela Brasileira Participações é a ausência de vedação legal para o caso específico de incorporação, onde a sociedade incorporada se extingue no mesmo ano-calendário. Com o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável a Controlada direta AES Operações, em janeiro de 2019, foi distribuída ação judicial para apresentar seguro garantia, para fins de suspensão da exigibilidade do débito. Em virtude do ajuizamento de execução para cobrança dos valores, a Brasileira opôs embargos à execução. Em 10 de julho de 2020, foi proferida decisão de 1ª instância que julgou improcedentes os embargos à execução opostos pela Brasileira Participações. Em face da referida decisão, a Brasileira interpôs recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. O valor atualizado até 31 de março de 2024 é R\$ 88.504. Caso sobrevenha decisão desfavorável à controlada direta AES Operações, a Brasileira Participações terá que arcar integralmente com o pagamento dos processos. Vide nota 29.2.

(d.10) Compensações administrativas – créditos de IRRF

Em junho de 2010, a Receita Federal não reconheceu os créditos de IRRF, existentes em função da distribuição de JCP realizada por sua antiga controlada indireta Eletropaulo. A discussão administrativa encerrou-se de modo o favorável a Brasileira Participações. No entanto, foi emitida carta cobrança informando a existência de suposto saldo em aberto no valor de R\$ 5.014, atualizados até 31 de março de 2024. Em decorrência, a Brasileira Participações impetrou Mandado de Segurança para discutir a legalidade da cobrança em questão. Em virtude do ajuizamento de execução para cobrança dos valores, a Brasileira opôs embargos à execução, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O processo aguarda julgamento em 1ª instância. Caso sobrevenha decisão desfavorável à controlada direta AES Operações, a Brasileira Participações terá que arcar integralmente com o pagamento dos processos. Vide nota 29.2.

18.3 Cartas de fiança, seguro garantia e caução

A Companhia e suas controladas possuem cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais, conforme abaixo:

		Consolidado					
		31/03/2024			31/12/2023		
		Quantidade	Valor	Taxa a.a.	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal		15	217.753	0,15% a 0,60%	15	216.163	0,15% a 1,30%
Cível		8	84.271	0,15% a 1,00%	8	84.271	0,15% a 1,00%
		23	302.024		23	300.434	

Notas Explicativas

**19. ENCARGOS SETORIAIS**

Os saldos referem-se a encargos setoriais relacionados ao setor de energia, que são definidos e cobrados pela agência reguladora (ANEEL).

	Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	10.435	13.632
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	4.568	5.296
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	840	814
Ministério de minas e energia	420	407
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	252	244
Taxa de fiscalização ANEEL	1.369	1.258
Total	17.884	21.651

20. OBRIGAÇÕES DE AQUISIÇÕES

a) A composição das obrigações de aquisições é a seguinte:

CIRCULANTE	Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023
Complexo Eólico Cajuína Santa Tereza	41.214	40.143
Complexo Eólico Cajuína São Ricardo	94.253	91.847
Complexo Eólico Alto Sertão II (i)	22.186	—
Total	157.653	131.990

b) Movimentação das obrigações de aquisições

A movimentação das obrigações de aquisição no período findo em 31 de março de 2024 é como segue:

	Consolidado			
	Complexo Eólico Cajuína Santa Tereza	Complexo Eólico Alto Sertão II	Complexo Eólico São Ricardo	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	40.143	—	91.847	131.990
Atualização monetária	1.071	—	2.406	3.477
Adição (i)	—	22.186	—	22.186
Saldos em 31 de março de 2024	41.214	22.186	94.253	157.653

(i) Refere-se ao ajuste de preço a pagar pela controlada direta AES Operações, em decorrência do *Earn-out* e de outras obrigações previstas no contrato de compra e venda do Complexo Eólico Alto Sertão II, firmado com a Renova Energia S.A. em 03 de agosto de 2017. A contrapartida foi registrada na rubrica de Outras (despesas) receitas operacionais (nota 27).

Notas Explicativas



21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
CIRCULANTE					
Participação nos lucros e resultados		1.522	1.614	11.430	21.670
Férias		—	—	17.059	16.739
Encargos sociais sobre férias e gratificações		—	—	7.007	6.108
Meio ambiente		—	—	1.298	1.282
Demais Folha de pagamento		9	8	2.621	421
Imposto de renda sobre folha de pagamento		890	174	5.539	3.170
Adiantamento de clientes		—	—	3.762	3.955
Centralização de estoque	29	—	—	115	18
Demais obrigações		211	424	4.988	18.204
Subtotal		2.632	2.220	53.819	71.567
NÃO CIRCULANTE					
		Controladora		Consolidado	
		31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Provisões para desmobilização (iii)		—	—	79.484	74.698
Meio ambiente		—	—	26.017	23.268
Obrigações especiais		—	—	608	693
Opção de recompra de participação acionária (i)		—	—	15.812	15.320
Retenções contratuais (ii)		—	—	1.160	2.857
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)		—	—	5.860	2.917
Demais obrigações		212	138	10.469	13.004
Subtotal		212	138	139.410	132.757
Total		2.844	2.358	193.229	204.324

(i) O montante de R\$15.812 refere-se ao valor presente da opção de venda de participação acionária, prevista em cláusula contratual firmado entre a controlada direta Tucano Holding I e a BRF S.A. ("BRF"), em 14 de março de 2022 que, em algumas situações, a Companhia não tem como evitar o exercício da opção caso a BRF opte por exercer. O PPA tem vigência de 15 anos, iniciando em 2024 e finalizando em 2038.

O valor presente da obrigação contratual foi registrado como outras obrigações. A diferença entre o valor futuro do desembolso e a obrigação foi registrada como ajuste de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes.

(ii) refere-se à retenção de 10% sobre as parcelas faturadas de determinados contratos de fornecedores. Essa retenção representa uma garantia da empresa e será paga no término da obra.

(iii) A movimentação da provisão para desmobilização é como segue:

	Movimentação Consolidada
Saldos em 31 de dezembro de 2023	74.698
Adições	2.142
Atualização	2.644
Saldos em 31 de março de 2024	79.484

Notas Explicativas



22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social autorizado é de R\$4.600.000 totalmente composto por ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal (R\$4.600.000 em 31 de dezembro de 2023).

O capital subscrito da Companhia em 31 de março de 2024 é de R\$2.196.958 (R\$2.196.958 em 31 de dezembro de 2023), representado em 601.927.311 (601.927.311 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias, nominativas e escriturais.

A seguir está apresentada a composição acionária em unidades de ações da Companhia:

	31/03/2024		31/12/2023	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil S.A.	174.810.572	29,04	174.810.572	29,04
AES Holdings Brasil II S.A.	110.012.802	18,28	110.012.802	18,28
BNDESPar	42.030.280	6,98	42.030.280	6,98
Luiz Barsi Filho	30.330.000	5,04	30.190.000	5,02
Ações em Tesouraria	2.105	—	2.105	—
Outros	244.741.552	40,66	244.881.552	40,68
Total das ações	601.927.311	100,00	601.927.311	100,00

Na tabela acima apresentamos as participações acionárias relevantes diretas ou indiretas acima de 5% do capital social da Companhia, conforme o artigo 12 da Resolução CVM nº 44/2021.

22.1 Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes

	Controladora	
	31/03/2024	31/12/2023
Reservas de capital:		
Incorporação de ações da AES Tietê Energia	377.602	377.602
Aumento de capital - oferta privada de ações	967.678	967.678
Capitalização parcial da Reserva Especial de ágio de Controlada (i)	(30.957)	(30.957)
Ações e opções de ações outorgadas (ii)	1.297	1.231
Custo na emissão de ações	(18.230)	(18.230)
Transação de capital sobre compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	(38.375)	(38.375)
Subtotal	1.259.015	1.258.949
Outros resultados abrangentes:		
Incorporação de ações da AES Tietê Energia	(119.824)	(119.824)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	(159.844)	(147.636)
Remensurações das obrigações com benefícios pós-emprego	30.519	30.519
Efeito reflexo de hedge de fluxo de caixa de controlada	(12.311)	(3.596)
Hedge de fluxo de caixa	(13.164)	(4.098)
Opção de recompra de participação acionária	76.161	76.653
Subtotal	(198.463)	(167.982)
Reservas de lucro:		
Reserva de investimentos	985.059	985.059
Reserva legal	40.283	40.283
Reserva estatutária	131.966	131.966
Reserva de lucros a realizar	73.749	73.749
Subtotal	1.231.057	1.231.057
Total	2.291.609	2.322.024

- (i) A Companhia aumentou seu capital mediante aporte realizado pela controladora direta AES Holdings Brasil Ltda, de ações ordinárias emitidas pela controladora direta AES Operações. As ações aportadas são provenientes do direito de capitalização da reserva especial de ágio que a AES Operações possui, no montante de R\$97.652 (R\$97.652 em 31 de dezembro de 2023), que será capitalizada em favor da AES Holdings Brasil Ltda. e da BNDESPAR. Será garantido aos demais

Notas Explicativas



acionistas da Companhia a participação nesse aumento de capital pelo direito de preferência, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

- (ii) É composta por outorga de ações e opções de compra de ações da *The AES Corporation* aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia. Essa reserva poderá ser utilizada para aumento de capital em favor da *The AES Corporation* após o aporte de recursos através da entrega das ações aos colaboradores da Companhia, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

22.2 Participação de acionistas não controladores

O saldo em 31 de março de 2024 de R\$1.064.355 (R\$1.060.456 em 31 de dezembro de 2023) é composto principalmente pelas controladas indiretas:

- Guaimbê Holding, sendo o acionista não controlador o Itaú Unibanco S.A., com participação de 23,41% representada por ações preferenciais no montante de R\$1.048.933 (R\$1.038.305 em 31 de dezembro de 2023);

A Companhia possui um acordo de investimento firmado com o Itaú Unibanco S.A., por meio do qual o Itaú subscreveu novas ações preferenciais, emitidas pela controlada indireta Guaimbê Holding, detentora de ativos em operação de geração de energia eólica e solar.

Esta classe de ação preferencial possui direito a 75% do Lucro Líquido da Guaimbê Holding, distribuído via dividendos, sendo que o percentual econômico utilizado para fins de equivalência patrimonial da investida pela Controladora é de 25%.

Assim sendo, há distinção entre a participação societária e a participação na distribuição do resultado devido a existência de classe de ações com direito preferencial de dividendos detidas pelo acionista não controlador. De acordo com o Acordo de Acionistas, qualquer pagamento de dividendos aos acionistas são discricionários e somente ocorrem quando há deliberação em AGO/AGE.

- Veleiros Holdings, sendo o acionista não controlador Unipar, com a participação de 49,50%, no montante de R\$21.850 (R\$23.539 em 31 de dezembro de 2023); e

Há distinção entre a participação societária e a participação na distribuição do resultado devido a existência de classe de ações com direito preferencial de dividendos detidas pela controlada direta AES Tucano Holding I S.A.

Esta classe de ação preferencial possui direito a 90% do Lucro Líquido da Veleiros Holdings, distribuído via dividendos, sendo que o percentual econômico utilizado para fins de equivalência patrimonial da investida pela Controladora é de 90%.

- Potengi Holdings, sendo o acionista não controlador BRF, com a participação de 50%, no montante de R\$6.428 (R\$1.388 em 31 de dezembro de 2023).

Há distinção entre a participação societária e a participação na distribuição do resultado devido a existência de classe de ações com direito preferencial de dividendos detidas pela controlada direta AES Tucano Holding I S.A.

Estas classes de ações preferenciais possuem direito a 78% do Lucro Líquido da Potengi Holdings, distribuído via dividendos, sendo que o percentual econômico utilizado para fins de equivalência patrimonial da investida pela Controladora é de 78%.

Dividendos mínimos obrigatórios

O saldo de dividendos mínimos obrigatórios em 31 de março de 2024 no montante de R\$110 é composto pela controlada indireta Veleiros Holding, conforme a constituição de dividendos mínimos obrigatórios

Notas Explicativas



referente ao exercício de 2023, no montante total de R\$ 1.101 dos quais foram distribuídos R\$ 991 a controlada direta AES Tucano Holding I S.A. e R\$ 110 ao acionista não controlador.

23. RESULTADO POR AÇÃO

23.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico

	Controladora	
	31/03/2024	31/03/2023
Numerador:		
Resultado líquido do período	(106.306)	13.934
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias	601.927	601.927
Resultado básico por ação (R\$ por ação)	(0,17661)	0,02315

23.2 Demonstração do cálculo do resultado por ação - diluído

A controlada direta AES Operações possui uma reserva especial de ágio no montante de R\$97.652 (R\$97.652 em 31 de dezembro de 2023), que poderá ser capitalizada em favor de sua Controladora direta AES Holdings Brasil Ltda. e da BNDESPAR. Será garantido aos demais acionistas da Companhia a participação nesse aumento de capital pelo direito de preferência, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As potenciais ações da Companhia a serem emitidas em razão da capitalização da reserva especial de ágio são consideradas diluidoras para o cálculo do resultado por ação diluído da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas.

Caso a reserva seja capitalizada em favor dos acionistas AES Holdings Brasil Ltda. e da BNDESPAR com emissão de 100% das ações e nenhum acionista minoritário exerça seu direito de participar do aumento de capital, o percentual dos demais acionistas da Companhia reduziria de 45,70% para 44,76% em 31 de março de 2024, considerando os preços das ações nesta mesma data.

	Controladora	
	31/03/2024	31/03/2023
Numerador:		
Resultado líquido do período	(106.306)	13.934
Denominador incluindo ações a serem subscritas com a totalidade da reserva de ágio (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias	601.927	601.927
Número de ações potenciais (i)	12.609	12.939
Número de ações ordinárias - diluído	614.536	614.866
Resultado diluído por ação (R\$ por ação)	(0,17299)	0,02266

(i) Considerando as ações a serem emitidas proporcionalmente às existentes em uma possível realização integral da reserva de ágio ao preço de mercado das ações em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2023.

Notas Explicativas



24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado			
	31/03/2024		31/03/2023	
	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$
Contratos bilaterais	3.691.442	683.842	2.917.576	634.935
Mercado de curto prazo				
MRE	18.177	(356)	654.440	9.553
SPOT	15.104	920	55.171	3.745
Outros	—	3.641	—	4.192
Contratos de energia eólicos	861.404	164.876	539.570	157.378
Contratos de energia solares	158.060	53.293	142.278	49.623
Contratos de comercialização energia (ii)	1.029.569	74.963	495.922	45.723
Partes relacionadas (nota 29)	21.360	3.054	—	—
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	—	2.343	—	9.285
Outras receitas	—	7.236	—	29.947
Receita operacional bruta	5.795.116	993.812	4.804.957	944.381
PIS e Cofins	—	(89.045)	—	(77.395)
CFURH	—	(15.045)	—	(19.979)
ICMS e outros	—	(55.119)	—	(55.695)
Pesquisa e desenvolvimento	—	(5.998)	—	(5.049)
Receita operacional líquida	5.795.116	828.605	4.804.957	786.263

(i) Informações em MWh não revisadas pelos auditores independentes.

(ii) Referem-se às compras e vendas de energia elétrica da controlada AES Comercializadora e à marcação a mercado dos seus contratos em aberto em 31 de março de 2024, conforme mencionado na nota 30.1. A curva de preços de mercado é composta de informações publicadas por instituições isentas: balcão de comercialização de energia elétrica do Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia (BBCE) e a curva de preços de mercado da DCIDE.

Notas Explicativas

**25. CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA**

	Consolidado			
	31/03/2024		31/03/2023	
	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$
Custo de produção e operação de energia				
Contratos bilaterais	1.019.678	(166.785)	586.909	(134.377)
Mercado de curto prazo				
MRE	451.368	(6.941)	4.462	141
SPOT	84.963	(4.496)	29.093	(2.007)
Outros	—	(435)	—	(116)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	—	(96.383)	—	(73.613)
Taxa de fiscalização ANEEL	—	(5.791)	—	(4.373)
Contratos de comercialização energia	670.156	(51.745)	317.073	(32.984)
Crédito de PIS e Cofins	—	38.474	—	20.915
Outras custos operacionais	—	(1.275)	—	—
Subtotal	2.226.165	(295.377)	937.537	(226.414)
Custo da operação				
Pessoal e administradores	—	(25.839)	—	(27.929)
Benefícios pós-emprego	—	(401)	—	(951)
Serviços de terceiros com partes relacionadas (nota 29)	—	(3.040)	—	(3.189)
Serviços de terceiros	—	(62.094)	—	(42.203)
Material	—	(10.732)	—	(17.303)
Depreciação e amortização	—	(178.591)	—	(154.862)
Seguros	—	(16.045)	—	(9.859)
Arrendamentos e aluguéis	—	(655)	—	(1.015)
Contribuições setoriais	—	(4.208)	—	(1.820)
Outras receitas (custos) operacionais	—	918	—	(1.245)
Subtotal	—	(300.687)	—	(260.376)
Total	2.226.165	(596.064)	937.537	(486.790)

(i) Informações em MWh não revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

**26. GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Pessoal e administradores	(5.245)	(5.027)	(35.272)	(27.307)
Benefícios pós-emprego	(139)	(8)	(944)	(509)
Serviços de terceiros com partes relacionadas (nota 29)	—	—	(4.379)	(4.593)
Serviços de terceiros	(1.783)	(2.151)	(13.607)	(14.541)
Material	(19)	(18)	(1.296)	(534)
Depreciação e amortização	(336)	(344)	(800)	(908)
Total	(7.522)	(7.548)	(56.298)	(48.392)

27. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Baixa no contas a receber de venda de controlada (i)	—	—	—	(22.998)
Ajuste de preço do Complexo Eólico Alto Sertão (nota 20)	—	—	(22.186)	—
Seguros	(31)	40	(30)	(813)
Arrendamentos e aluguéis (ii)	(1)	(10)	(625)	23
Contribuições setoriais	(232)	(90)	(293)	(111)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida (iii)	—	—	(844)	14.966
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	—	—	(74)	(113)
Indenização de sinistro (iv)	—	—	9.856	—
Outros	(7)	—	(1.262)	449
Total	(271)	(60)	(15.458)	(8.597)

(i) O saldo refere-se ao impacto da reavaliação do contas a receber da venda da AES Tietê Inova para uma subsidiária da EDP Energias do Brasil.

(ii) Inclui arrendamentos com prazo inferior a 12 meses ou contratos de baixo valor.

(iii) Em março de 2023, a Companhia recebeu o montante relativo ao ganho em arbitragem sobre recomposição tarifária extraordinária (RTE) de energia livre.

(iv) Em março de 2024, a Companhia recebeu uma indenização por danos materiais ocorridos em sua controlada indireta Santa Joana II.

Notas Explicativas

**28. RESULTADO FINANCEIRO**

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Receitas Financeiras					
Rendimento de aplicações financeiras		8.111	26.631	53.067	150.505
Atualização do contas a receber do mercado de curto prazo		—	—	48	(1.520)
Atualização de créditos tributários		122	—	11.142	105
Rendimento de cauções e depósitos vinculados	7	17	—	14.723	8.576
PIS e COFINS sobre receita financeira		(384)	(1.237)	(2.187)	(7.753)
Outras		3	2	72	178
Variações Cambiais:					
Outras receitas cambiais - Partes relacionadas	29	—	—	(97)	214
Outras receitas cambiais		—	20	15	71
Total		7.869	25.416	76.783	150.376
Despesas Financeiras					
Encargos de dívidas e amortização dos custos de transação	15.2	(45.718)	(47.987)	(227.781)	(273.773)
Juros de swap e impostos sobre dívida de moeda estrangeira		(13.607)	(17.527)	(50.572)	(64.049)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	15.2	—	—	(74.324)	(71.394)
Juros sobre a obrigação atuarial, líquido dos rendimentos dos ativos	17	—	—	(2.316)	(2.714)
Atualização monetária de obrigações por aquisições	20	—	—	(3.477)	(7.774)
Juros capitalizados no imobilizado em curso	11 e 31	—	—	49.012	138.144
Juros sobre passivos de arrendamento	16	(28)	(57)	(5.749)	(3.560)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	18.1	(16)	(6)	(416)	2.382
Despesa de subarrendamento		—	—	(430)	—
Imposto sobre operações financeiras - IOF		192	416	961	2.858
Atualização monetária de ressarcimento	8	—	—	(4.277)	(6.134)
Outras		(222)	(4)	(2.700)	(7.619)
Variações Cambiais:					
Operações de swap		—	—	—	(1.027)
Outros		(12)	(6)	(139)	(470)
Total		(59.411)	(65.171)	(322.208)	(295.130)
Total Líquido		(51.542)	(39.755)	(245.425)	(144.754)

Notas Explicativas



29. PARTES RELACIONADAS

	Notas	Controladora	
		31/03/2024	31/12/2023
Ativo			
Ativo circulante			
Outros ativos			
Dividendos a receber - Complexo Tucano	9	1.635	1.151
Dividendos a receber - AES Operações	9	8.788	8.788
Complexo Cajuína I		—	90
Subtotal		10.423	10.029
Total do ativo circulante		10.423	10.029
Total do ativo		10.423	10.029
Passivo			
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar			
AES Holdings Brasil		13.042	13.042
AES Holdings Brasil II		8.210	8.210
Subtotal		21.252	21.252
Total do passivo		21.252	21.252
	Notas	Consolidado	
		31/03/2024	31/12/2023
Ativo			
Ativo circulante			
Contas a receber			
Complexo Tucano		1.772	2.234
Capitalização de mão de obra própria - Complexo Tucano		68	84
Subtotal	4	1.840	2.318
Outros ativos			
Contas a receber - Complexo Tucano (i)	9	—	19
Dividendos a receber - Complexo Tucano	9	13.720	9.523
Subtotal		13.720	9.542
Total do ativo circulante		15.560	11.860
Ativo não circulante			
Outros ativos			
Contas a receber - Complexo Tucano (i)	9	5.324	5.581
Total do ativo não circulante		5.324	5.581
Total do ativo		20.884	17.441
Passivo			
Fornecedores			
Materiais e Serviços - Pagamento de despesas para a AES Corp. (ii)	13	2.428	3.200
Materiais e Serviços - GreenAnt		42	—
Subtotal		2.470	3.200
Outras obrigações			
Centralização de Estoque - Complexo Tucano	21	115	18
Subtotal		115	18
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar			
AES Holdings Brasil		13.042	13.042
AES Holdings Brasil II		8.210	8.210
Subtotal		21.252	21.252
Obrigações com entidade de previdência privada			
Obrigações com benefícios pós-emprego (iii)	17	92.945	93.749
Subtotal		92.945	93.749
Total do passivo		116.782	118.219

Notas Explicativas



		Consolidado	
	Notas	31/03/2024	31/03/2023
Resultado			
Receita operacional líquida			
Gestão administrativa e operacional - Complexo Tucano		833	—
Venda de energia - Complexo Tucano		2.221	—
Total da receita operacional líquida	24	3.054	—
Custo de produção e operação de energia			
Big Sky (ii)	25	(3.040)	(3.189)
Gerais e administrativas			
Big Sky (ii)	26	(4.379)	(4.593)
Resultado financeiro			
VIVEST - Obrigações pós-emprego - Plano previdenciário (iii)	17	(2.092)	(2.714)
Variação cambial Big Sky (ii)	28	(97)	214
Total do resultado		(6.554)	(10.282)

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

- (i) Em 03 de setembro de 2020, a controlada direta AES Operações celebrou um contrato de prestação de serviço e gestão administrativa e operacional de projetos eólicos com a Tucano Holding III e subsidiárias, *joint venture* do grupo, onde a controlada direta AES Operações será responsável pela prestação desse serviço durante um prazo 10 anos, com a possibilidade de renovação por mais 10 anos.
- (ii) Prestação de serviços e soluções, realizados pela AES Big Sky LLC, subsidiária da AES Corp, relacionados à implementação da estratégia digital (*Digital Transformation*) da controlada direta AES Operações. O contrato possui vigência até dezembro de 2025.
- (iii) A controlada direta AES Operações é parte integrante do Conselho Deliberativo da VIVEST, possuindo influência significativa na Administração do mesmo. Os detalhes do plano previdenciário estão demonstrados na nota explicativa nº 17.

29.1 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta Administração é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração. A remuneração nos períodos findos em 31 de março de 2024 e 2023 é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Benefícios de curto prazo	2.902	3.124	3.009	3.231
Benefícios pós-emprego	84	107	84	107
Outros benefícios de longo prazo	80	222	80	222
Remuneração baseada em ações (i)	59	241	59	241
Total	3.125	3.694	3.232	3.801

- (i) Compostos por ações e opções de ações da AES Corp. outorgadas à alta Administração.

Notas Explicativas

**29.2 Acordo de indenização decorrente de transações e eventos societários**

Em 31 de dezembro de 2015, a antiga Companhia Brasileira incorporou a AES Tietê S.A e, posteriormente, foi objeto de cisão parcial. O acervo líquido contábil da Companhia Brasileira foi vertido para a Brasileira Participações e o da AES Tietê S.A para a AES Tietê Energia S.A, a qual manteve o mesmo CNPJ da Companhia Brasileira (atual AES Brasil Operações).

O protocolo de cisão da antiga Companhia Brasileira estabelecia, dentre outras disposições, a responsabilidade da Brasileira Participações perante a AES Tietê Energia S. A (atual AES Brasil Operações) por reflexos ativos e passivos, materializados ou não, presentes e futuros, relativos ao acervo cindido transferido, inclusive aqueles decorrentes dos processos judiciais e administrativos.

Para este fim, conforme aprovado pelos seus então acionistas controladores AES Holdings Brasil Ltda. e BNDES Participações S.A – BNDESPar, foi assinado um acordo de indenização que estabeleceu os termos, condições e mecanismos de indenização pela Brasileira Participações em favor da antiga AES Tietê Energia (atual AES Brasil Operações) por eventuais perdas incorridas por esta última, relacionadas aos processos judiciais e administrativos existentes e futuros relacionados à parcela cindida.

O acordo de indenização, que resguarda o direito da AES Brasil Operações ser indenizada em virtude dos passivos atrelados à Brasileira Participações, contempla os processos tributários com probabilidade de perda classificada como possível divulgados na nota explicativa 18.2, uma vez que na qualidade de sucessora legal da antiga Companhia Brasileira, a AES Brasil Operações deve permanecer solidariamente responsável pelos passivos tributários.

30 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS**30.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros**

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

		Consolidado				
		31/03/2024		31/12/2023		
Notas	Mensuração do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa (Numerário disponível)	3	8.291	8.291	50.123	50.123	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (Operação compromissada)	3	Nível 2	111.002	231.560	231.560	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	3	Nível 2	1.681.114	1.733.262	1.733.262	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	4		369.355	375.660	375.660	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	8		26.513	17.572	17.572	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos		Nível 2	26	—	—	Designado para hedge de fluxo de caixa
Instrumentos financeiros derivativos (i)		Nível 2	275.394	66.468	66.468	Valor justo por meio do resultado
Cauções e depósitos vinculados	7		639.662	614.700	614.700	Custo amortizado
Total			3.111.357	3.089.345	3.089.345	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	13		268.989	375.775	375.775	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15		9.502.694	9.485.385	9.394.136	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos (moeda estrangeira)	15		2.023.917	1.944.092	1.869.279	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	8		838.172	776.547	776.547	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	16		231.587	220.110	220.110	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos		Nível 2	281.417	346.427	346.427	Designado para hedge de fluxo de caixa
Instrumentos financeiros derivativos (i)		Nível 2	261.338	54.754	54.754	Valor justo por meio do resultado
Obrigações de aquisições	20		157.653	131.990	131.990	Custo amortizado
Opção de recompra de participação acionária	21		15.812	15.320	15.320	Custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar			46.086	45.976	45.976	Custo amortizado
Total			13.627.665	13.425.026	13.230.314	

Notas Explicativas



(i) O aumento é devido, principalmente, pelo maior volume de operações resultante da maior volatilidade e aumento da base de preços das negociações devido à condição climática desfavorável.

Durante o período findo em 31 de março de 2024, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco nível 3.

Instrumentos derivativos

■ Hedge de Fluxo de Caixa

A Companhia e suas controladas contrataram operações de derivativos de *swap* de câmbio e NDFs (*non-deliverable forward*) com o objetivo de se proteger da exposição à moeda estrangeira.

Os itens protegidos e os instrumentos de *hedge* possuem uma relação econômica, uma vez que os termos e condições críticos do item coberto, como montantes do nocional, vencimentos, moedas e taxas de juros, são os mesmos do instrumento de cobertura.

A parcela altamente eficaz do *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variações cambiais da operação.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados no período em que o item protegido afetar o resultado: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros, que protegem os empréstimos com taxa variáveis, são reconhecidas na demonstração dos resultados como despesas financeira ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Para testar a efetividade do *hedge*, a Companhia usa o método da análise de regressão e correlação, comparando as mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* com as mudanças no valor justo dos itens atribuíveis aos riscos protegidos. O cálculo da efetividade do *hedge* não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos), uma vez que os contratos dos instrumentos de *hedge* são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito. Em 31 de março de 2024, a Companhia e suas Controladas concluíram pela efetividade das suas operações de *hedge* firmados em todos os seus contratos.

Quando um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo o ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio, são imediatamente reclassificados para o resultado.

Todos os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem à: (i) operações por meio de *swaps* para proteger a totalidade da exposição cambial dos empréstimos captados no exterior, que resultam de posições passivas vinculadas a variação do CDI e (ii) operações por meio de NDF para proteção ao risco cambial referente à exposição gerada por PPA firmado em moeda estrangeira. Estes itens se qualificam como *hedge accounting* e estão classificados como *hedge* de fluxo de caixa, sendo que são contabilizados como ativos financeiros quando o valor for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Saldos de instrumentos derivativos em aberto em 31 de março de 2024:

Notas Explicativas



Data do Contrato	Tipo	Indexador Ativo	Indexador Passivo	Instrumento Proteção	Ativo	Passivo	Valor Nocial (US\$/mil)	Efeito do MTM no Patrimônio Líquido
29/12/2020	Hedge de Fluxo de Caixa	Dólar	CDI	SWAP (i)	—	66.849	116.122	8.561
31/03/2021	Hedge de Fluxo de Caixa	Dólar	CDI	SWAP (i)	—	160.080	138.169	4.583
25/11/2022	Hedge de Fluxo de Caixa	Dólar	CDI	SWAP (ii)	—	16.012	38.685	3.060
17/01/2023	Hedge de Fluxo de Caixa	Dólar	CDI	SWAP (iii)	—	24.376	75.000	7.055
17/01/2023	Hedge de Fluxo de Caixa	Dólar	CDI	SWAP (iii)	—	14.100	36.315	3.194
Março - 2024	Hedge de Fluxo de Caixa	Dólar	Dólar	NDF (iv)	26	—	23.291	—
Total					26	281.417		26.453

(i) A controlada direta AES Operações contratou operações de derivativo de *swap* de câmbio, no valor *nocial* de US\$ 116.122 mil e US\$ 138.169 mil, em 29 de dezembro de 2020 e em 31 de março de 2021, respectivamente, com valores de referência de R\$ 600.000 e R\$ 800.000, com o objetivo de se proteger da exposição em dólar devido à emissão dos empréstimos em moeda estrangeira, captadas nesta mesma data. O primeiro instrumento derivativo trocou a totalidade do risco de juros fixo de 1.63% + variação cambial por CDI + 1,50% a.a., com 50% do vencimento em dezembro de 2024 e 50% em dezembro de 2025. O segundo instrumento trocou o risco de juros fixo de 1.78% + variação cambial por CDI + 1.48% a.a., com 75% do vencimento em março de 2025 e 25% em março de 2026.

(ii) A Companhia contratou operação de derivativo de *swap* de câmbio, no valor *nocial* de US\$ 38.685 mil em 25 de novembro de 2022, com valores de referência de R\$ 200.000, com o objetivo de se proteger da exposição em dólar devido à emissão do empréstimo em moeda estrangeira, captadas nesta data, para pagamento da aquisição dos Complexos Cassino, Caetés e Ventos do Araripe. O instrumento trocou a totalidade do risco de juros fixo de 5.31% + variação cambial por CDI + 1.60% a.a., com vencimento em parcela única em novembro de 2024.

(iii) A Companhia contratou operação de derivativo de *swap* de câmbio, no valor *nocial* de US\$ 36.315 mil e US\$ 75.000 mil em 17 de janeiro de 2023, com valores de referência de R\$ 187.750 e R\$ 383.363, respectivamente, com o objetivo de se proteger da exposição em dólar devido à emissão do empréstimo em moeda estrangeira, captadas nesta data, para reforço de caixa e liquidez. O instrumento trocou a totalidade do risco de juros fixo de 5.29% + variação cambial por CDI + 1.65% a.a. e CDI + 1.60% a.a., respectivamente, ambas com vencimento em parcela única em 17 de janeiro de 2025.

(iv) A controlada direta AES Operações contratou NDFs (*non-deliverable forward*) com o objetivo de proteger a totalidade dos recebimentos futuros decorrentes da receita gerada por PPA firmado em moeda estrangeira. Os NDFs foram contratados em março de 2024 e o valor *nocial* é de US\$ 23.291 mil, os quais têm seus vencimentos entre abril de 2024 e janeiro de 2025. Em 31 de março de 2024, o valor justo dos referidos NDFs totalizavam uma posição ativa, líquida de R\$ 26. A contrapartida está reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”. A referida Companhia possui regime de tributação pelo lucro real, dessa forma, constitui impostos fiscais diferidos sobre os efeitos desta operação.

■ Hedge de Valor Justo

AAES Comercializadora possui contratos futuros de energia com vencimento até o exercício de 2028. O resultado real dos instrumentos financeiros de contratos futuros pode variar, uma vez que as marcações desses contratos foram realizadas considerando as respectivas datas-bases e seus valores em determinado momento. As transações seguem políticas de risco aprovadas, que buscam controlar as exposições de crédito com contrapartes assim como volume em MWh transacionado.

Em 31 de março de 2024, o valor *nocial* líquido entre contratos de compra e de venda era de R\$ 32.050, posição a valor justo ativa de R\$ 275.393, e posição passiva de R\$ 261.337, sendo o ganho de marcação a mercado reconhecido no resultado no montante de R\$ 2.343 (nota 24).

30.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de crédito, risco de gerenciamento de capital, risco de liquidez e risco de mercado, além de riscos adicionais descritos nesta

Notas Explicativas



nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a.1) Risco de crédito

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de março de 2024 é a seguinte:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	3	84	95	119.293	281.683
Investimentos de curto prazo	3	246.825	342.813	1.681.114	1.733.262
Contas a receber de clientes	4	—	—	369.355	375.660
Cauções e depósitos vinculados	7	796	752	639.662	614.700
Instrumentos financeiros derivativos		—	—	275.420	66.468
Total da exposição		247.705	343.660	3.084.844	3.071.773

(a.2) Risco de gerenciamento de capital

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Notas	Consolidado	
		31/03/2024	31/12/2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	11.526.611	11.458.127
Garantias de financiamento	7	(608.874)	(574.305)
Caixa e equivalentes de caixa	3	(119.293)	(281.683)
Investimentos de curto prazo	3	(1.681.114)	(1.733.262)
Dívida líquida		9.117.330	8.868.877
Patrimônio líquido		5.458.809	5.579.423
Índice de alavancagem financeira		167,02%	158,96%

Do endividamento financeiro total consolidado em 31 de março de 2024, 35,97% (20,15% em 31 de dezembro de 2023) é de curto prazo e o prazo médio dos empréstimos, financiamentos e debêntures é de 4,18 anos (4,01 anos em 31 de dezembro de 2023).

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*.

(a.3) Risco de liquidez

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica "Debêntures", "Empréstimos e Financiamento" e "Passivo de arrendamento" estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 15 e 16. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Notas Explicativas



	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total em 31 de março de 2024	Total em 31 de dezembro de 2023
Fornecedores	268.989	—	—	—	—	268.989	375.775
Debêntures	384.262	1.977.791	2.830.810	2.572.713	4.079.590	11.845.166	11.411.917
Empréstimos e Financiamentos	671.414	2.108.132	1.141.513	854.404	800.392	5.575.855	6.052.497
Passivo de arrendamento	1.687	5.966	3.906	16.680	212.034	240.273	227.845
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	—	46.086	—	—	—	46.086	45.976
Obrigações de aquisições	63.400	94.253	—	—	—	157.653	131.990
Total	1.389.752	4.232.228	3.976.229	3.443.797	5.092.016	18.134.022	18.246.000

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de março de 2024.

Devido as projeções de juros, os montantes de 2024 foram recalculados e apresentados de forma atualizada.

(a.4) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures, empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do CDI, IPCA e TJLP, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. Em 31 de março de 2024, as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de março de 2024 é:

	Notas	31/03/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa (Operação compromissada)	3	111.002	231.560
Investimentos de curto prazo	3	1.681.114	1.733.262
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	(11.601.744)	(11.523.605)
Total da exposição líquida		(9.809.628)	(9.558.783)

Os montantes de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI, IPCA e TJLP e não contemplam os saldos de custos de transação. Adicionalmente, o caixa não está sendo considerado como saldo da exposição, visto que não há risco de oscilação devido a mudanças nas taxas de juro de mercado.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 31 de março de 2024, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2024, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Notas Explicativas

Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras, ressarcimento e dívidas.

			Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31/03/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			4,80%	7,19%	9,59%	11,99%	14,39%
Equivalentes de caixa (i)	CDI	111.002	5.328	7.981	10.645	13.309	15.973
Investimentos de curto prazo	CDI	1.681.114	80.693	120.872	161.219	201.566	241.912
Impacto no resultado			86.021	128.853	171.864	214.875	257.885
			Projeção Resultado Financeiro - 01 ano				
Ressarcimento	Risco	Posição em 31/03/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,73%	2,59%	3,45%	4,31%	5,18%
Ressarcimento - ativo	IPCA	26.513	459	687	915	1.143	1.373
Ressarcimento - passivo	IPCA	(838.172)	(14.500)	(21.709)	(28.917)	(36.125)	(43.417)
Impacto no resultado			(14.041)	(21.022)	(28.002)	(34.982)	(42.044)
			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
Dívidas	Risco	Posição em 31/03/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			4,80%	7,19%	9,59%	11,99%	14,39%
9ª Emissão (1ª Série) - AES Operações	CDI	(1.385.588)	(81.029)	(114.476)	(148.063)	(181.649)	(215.236)
Scotiabank 4131 - AES Operações (ii)	CDI	(1.267.792)	(80.784)	(111.538)	(142.422)	(173.305)	(204.189)
Scotiabank 4131 - AES Brasil 1ª série (ii)	CDI	(196.339)	(12.716)	(17.484)	(22.272)	(27.059)	(31.847)
Scotiabank 4131 - AES Brasil 2ª série (ii)	CDI	(377.819)	(24.471)	(33.645)	(42.858)	(52.070)	(61.283)
Scotiabank 4131 - AES Brasil 3ª série (ii)	CDI	(182.941)	(11.945)	(16.389)	(20.852)	(25.315)	(29.778)
Debêntures - 1ª Emissão (Companhia)	CDI	(1.073.116)	(77.376)	(103.613)	(129.960)	(156.308)	(182.655)
BNDES - Complexo Eólico Cajuína	CDI	(544.261)	(35.821)	(49.050)	(62.334)	(75.619)	(88.903)
1ª Emissão - Veleiros	CDI	(302.287)	(19.262)	(26.595)	(33.958)	(41.322)	(48.686)
10ª Emissão - AES Operações	CDI	(777.107)	(49.517)	(68.369)	(87.299)	(106.229)	(125.160)
Impacto no resultado			(392.921)	(541.159)	(690.018)	(838.876)	(987.737)
IPCA			1,73%	2,59%	3,45%	4,31%	5,18%
1ª Emissão - Cajuína AB1	IPCA	(1.102.685)	(98.385)	(108.539)	(118.692)	(128.846)	(139.117)
9ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	IPCA	(850.994)	(55.497)	(63.161)	(70.824)	(78.487)	(86.240)
6ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	IPCA	(233.238)	(20.122)	(22.264)	(24.406)	(26.548)	(28.714)
BNB - Complexo Eólico Tucano (Anglo)	IPCA	(392.413)	(15.811)	(19.262)	(22.713)	(26.164)	(29.655)
1ª Emissão - Tucano Holding II	IPCA	(401.139)	(31.669)	(35.328)	(38.987)	(42.646)	(46.347)
9ª Emissão (3ª Série) - AES Operações	IPCA	(237.488)	(15.488)	(17.626)	(19.765)	(21.904)	(24.067)
8ª Emissão - AES Operações	IPCA	(206.074)	(16.185)	(18.064)	(19.943)	(21.822)	(23.723)
Complexo Eólico Araripe	IPCA	(100.433)	(11.178)	(12.122)	(13.065)	(14.009)	(14.963)
Complexo Eólico Caetés	IPCA	(99.820)	(10.724)	(11.658)	(12.593)	(13.527)	(14.473)
Outros	IPCA	(42.758)	(740)	(1.107)	(1.475)	(1.843)	(2.215)
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(32.105)	(3.126)	(3.424)	(3.721)	(4.019)	(4.321)
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(17.289)	(1.638)	(1.798)	(1.958)	(2.118)	(2.279)
2ª Emissão - Veleiros (1ª série)	IPCA	(83.470)	(7.668)	(8.439)	(9.209)	(9.980)	(10.759)
2ª Emissão - Veleiros (2ª série)	IPCA	(83.371)	(7.320)	(8.087)	(8.853)	(9.620)	(10.396)
1ª Emissão - Potengi Holdings	IPCA	(306.704)	(28.301)	(31.133)	(33.965)	(36.797)	(39.662)
Impacto no resultado			(323.852)	(362.012)	(400.169)	(438.330)	(476.931)
TJLP			2,81%	4,22%	5,63%	7,03%	8,44%
BNDES - Complexo Eólico Caetés	TJLP	(438.833)	(22.257)	(28.580)	(34.887)	(41.183)	(47.507)
BNDES - Complexo Eólico Araripe	TJLP	(455.706)	(23.113)	(29.679)	(36.229)	(42.766)	(49.333)
BNDES - Complexo Ventus	TJLP	(151.854)	(8.342)	(10.539)	(12.730)	(14.917)	(17.114)
BNDES - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	TJLP	(137.701)	(6.616)	(8.595)	(10.569)	(12.540)	(14.519)
BNDES - Complexo Eólico Cassino	TJLP	(120.419)	(6.083)	(7.818)	(9.548)	(11.275)	(13.010)
Impacto no resultado			(66.411)	(85.211)	(103.963)	(122.681)	(141.483)
Total da exposição líquida			(711.204)	(880.551)	(1.050.288)	(1.219.994)	(1.390.310)

Notas Explicativas



(i) O caixa não está sendo considerado na análise de sensibilidade, visto que não há exposição a riscos de mercado.

(ii) Os empréstimos captados no exterior por meio de swaps de câmbio trocaram a totalidade do risco de juros e variação cambial por CDI.

A dívida dos complexos Salinas e Mandacarú junto ao BNB ("Banco do Nordeste") possui taxa prefixada, dessa forma, sem exposição ao risco de mercado.

Os montantes relacionados às Dívidas apresentados na tabela acima não contemplam os saldos de custos de transação.

Risco de moeda estrangeira

A Companhia e suas controladas, com propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio incidentes dos empréstimos em moeda estrangeira, contrataram instrumentos financeiros derivativos de swap de câmbio. Para o exercício de 2024, a Companhia e suas controladas não identificaram risco de moeda estrangeira.

A controlada direta AES Operações, com propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio incidentes em recebimentos futuros, contratou instrumentos financeiros derivativos *Non-Deliverable Forward* (NDF).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros com o uso de cenários e projeções estão apresentados abaixo:

Instrumentos	Risco	Posição em 31/03/2024	Projeção Resultado Financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Scotiabank 4131 - AES Operações SWAP	Dólar	(226.929)	(840.269)	(538.295)	(236.322)	65.652	367.625
Scotiabank 4131 - AES Brasil 1° série SWAP	Dólar	(16.012)	(114.086)	(65.114)	(16.141)	32.831	81.804
Scotiabank 4131 - AES Brasil 2° série SWAP	Dólar	(24.376)	(212.908)	(118.843)	(24.778)	69.287	163.353
Scotiabank 4131 - AES Brasil 3° série SWAP	Dólar	(14.100)	(105.407)	(59.861)	(14.314)	31.233	76.780
Derivativos - Non-Deliverable Forward (NDF)	Dólar	26	47.315	22.612	(2.092)	(26.796)	(51.499)
Impacto no resultado		(281.391)	(1.225.355)	(759.501)	(293.647)	172.207	638.063

Risco sobre operações de venda e compra de contratos futuros de energia

O principal fator de risco é a exposição da variação dos preços de mercado de energia. A variação da taxa de desconto não impacta de forma relevante o valor justo.

As análises de sensibilidade foram preparadas considerando variações de 25% e 50% nos preços futuros, aplicados sobre a curva futura de preços de mercado em 31 de março de 2024, para cada uma das datas de vencimento das obrigações contratuais. A Companhia entende que o cenário provável está refletido nos montantes contabilizados, uma vez que esses contratos estão marcados a mercado com base em cotações disponíveis. Os resultados obtidos estão demonstrados a seguir:

Preços futuros	Variação do preço	Risco	Posição em 31/03/2024	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Resultado não realizado em operações de venda e compra de energia	Elevação	Preço	14.056	8.981	3.702
	Queda	Preço	14.056	19.699	24.904

Notas Explicativas



31 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Compensações de PIS e COFINS	274	—	11.039	261
Compensações de ICMS	—	—	66.745	74.512
Total	274	—	77.784	74.773

A Companhia e suas controladas classificam os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adição de ativo imobilizado e intangível). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Pagamento de juros apresentado nas atividades operacionais	(87.930)	(72.242)	(316.700)	(106.233)
Pagamento de juros apresentado nas atividades de investimento (juros capitalizados)	—	—	(49.012)	(138.144)
Total de pagamento de juros	(87.930)	(72.242)	(365.712)	(244.377)

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia da atividade de investimento foram as seguintes:

	Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	17.208	(1.000)
Total	17.208	(1.000)

A conciliação entre o passivo decorrente da atividade de financiamento e o fluxo de caixa é conforme a seguir:

Nota	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.846.659	45.057	1.891.716	11.458.127	45.976	11.504.103
- Itens que afetam o fluxo de caixa						
Ingressos	15	—	—	300.000	—	300.000
Pagamentos de principal	15	—	—	(210.428)	—	(210.428)
Diferimento custos de transação		—	—	(16.467)	—	(16.467)
Pagamento de encargos financeiros (i)	15	(87.930)	(87.930)	(316.700)	—	(316.700)
Juros capitalizados	28	—	—	(49.012)	—	(49.012)
- Itens que não afetam o fluxo de caixa						
Encargos de dívida	15	45.718	45.718	227.781	—	227.781
Variação monetária	15	—	—	74.324	—	74.324
Variação cambial	15	22.078	22.078	58.986	—	58.986
Destinação de dividendos		—	—	—	110	110
Saldos em 31 de março de 2024	1.826.525	45.057	1.871.582	11.526.611	46.086	11.572.697

(i) Os encargos financeiros pagos são classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais.

Notas Explicativas**32. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Captações de debêntures

Em 05 de abril de 2024, a controlada indireta Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A. emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em duas séries, sendo a 1ª série com custo de IPCA + 6,9343% a.a., no montante de R\$ 600.000, e prazo de 15 anos; e uma 2ª série com custo de IPCA + 7,0843%, no montante de R\$ 300.000, e prazo de 20 anos. A emissão tem por objetivo substituir, com um custo de financiamento menor e um prazo maior, a 1ª emissão de debêntures captada pela Companhia em 08 de março de 2022, utilizadas para financiar a construção do parque eólico Cajuína.

Em 16 de abril de 2024, a controlada direta AES Brasil Operações S.A. emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no montante de R\$ 600.000, ao custo de IPCA + 6,4966 % a.a. e prazo de 14 anos.

Em 29 de abril de 2024, a controlada indireta Potengi Holdings S.A. emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, sendo 76% garantida pela Companhia e 24% pela BRF S.A., no montante de R\$ 210.000, ao custo de IPCA + 7,0416 % a.a. e prazo de 18 anos e 6 meses. A emissão tem por objetivo substituir parcialmente, com um custo de financiamento menor e um prazo maior, as notas comerciais captadas em 19 de dezembro de 2022, utilizadas para financiar a construção de 165,3 MW de capacidade instalada do Complexo Eólico Cajuína.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
AES Brasil Energia S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da AES Brasil Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Responsabilidade da diretoria sobre as informações contábeis intermediárias

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 2 de maio de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da AES Brasil Energia S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.663.076/0001-07, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S LTDA, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de março de 2024.

São Paulo, 02 de maio de 2024.

Diretores:

Rogério Pereira Jorge
Diretor-Presidente

Carlos Renato Xavier Pompermaier
Diretor Vice-Presidente

Jose Ricardo Elbel Simao
Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da AES Brasil Energia S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.663.076/0001-07, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S LTDA, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de março de 2024.

São Paulo, 02 de maio de 2024.

Diretores:

Rogério Pereira Jorge
Diretor-Presidente

Carlos Renato Xavier Pompermaier
Diretor Vice-Presidente

Jose Ricardo Elbel Simao
Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores